



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VIVIAN SORAYA PEREIRA SALGADO

**A PRESENÇA DAS MULHERES COMO EMBAIXADORAS NO MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA**

BELÉM  
2023

VIVIAN SORAYA PEREIRA SALGADO

**A PRESENÇA DAS MULHERES COMO EMBAIXADORAS NO MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências Naturais e  
Tecnologia da Universidade do Estado do Pará  
como requisito para a obtenção do grau de  
Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Milton Ribeiro da Silva Filho

BELÉM

2023

VIVIAN SORAYA PEREIRA SALGADO

**A PRESENÇA DAS MULHERES COMO EMBAIXADORAS NO MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências Naturais e  
Tecnologia da Universidade do Estado do Pará  
como requisito para a obtenção do grau de  
Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Milton Ribeiro da Silva Filho

Banca Examinadora

---

Prof. Me. Milton Ribeiro da Silva Filho  
Universidade do Estado do Pará - UEPA

---

Profa. Me. Sara da Silva Suliman  
Universidade do Estado do Pará - UEPA

---

Profa. Dra. Brenda Thainá Cardoso de Castro  
Universidade da Amazônia - UNAMA

Apresentado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Conceito: \_\_\_\_\_.

BELÉM

2023

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus e as forças do universo por terem me guiado ao longo do curso. Agradeço também a minha família, meu companheiro e meus queridos amigos por todo apoio e encorajamento que me direcionaram, não só ao longo da construção deste trabalho, mas no decorrer de toda minha graduação.

Em especial, gostaria de agradecer a minha querida professora de Mandarim XinYu e seu companheiro Giovane Cintra, por terem me auxiliado durante boa parte da pesquisa e terem me mostrado tanto sobre o Mandarim e a vida na China.

Gostaria de agradecer ao professor William Rocha, por todo o apoio pessoal e profissional durante nosso tempo de convivência. É graças a ele que passei a suspirar pela diplomacia e a política externa, e nenhum agradecimento será o bastante para expressar a minha gratidão por ter sido sua aluna.

Agradeço também a professora Brenda de Castro, pois foi ela quem me despertou o interesse para estudar gênero nas Relações Internacionais, uma área de estudo que vou levar no coração para toda a minha vida.

Agradeço também meu querido Orientador Milton Ribeiro, por ter embarcado nessa jornada comigo e por toda sua dedicação e apoio para fazer deste trabalho o melhor possível.

Por fim, agradeço a todas as mulheres da minha vida, as que vieram antes de mim e as que ainda virão. É a força de vocês que me inspira a vencer todos os dias.

## RESUMO

O debate acerca da representação da mulher nos âmbitos políticos dos países, tanto internamente quanto externamente, tem ganhado muita visibilidade nos tempos atuais, contudo as pesquisas na área estão principalmente voltadas para o Ocidente, fazendo com que os estudos sobre o Oriente sejam mais escassos. Diante desse cenário, este projeto busca analisar a presença das mulheres como embaixadoras no Ministério das Relações Exteriores da China, no período compreendido entre 1997 e 2017. A pesquisa consiste em uma análise histórica interdisciplinar, visto que explora os marcos históricos e conceituais da teoria feminista das Relações Internacionais e das teorias de gênero, além da história emancipatória das mulheres na comunidade chinesa e sua trajetória até a carreira diplomática. O trabalho segue essencialmente o método qualitativo, além da pesquisa bibliográfica e documental que foram utilizados para lidar com os dados coletados do site do Ministério das Relações Exteriores da China sobre as mulheres embaixadoras. O propósito principal deste estudo é construir uma base de dados concisa e de fácil acesso para auxiliar nas pesquisas futuras sobre a presença da mulher na diplomacia global.

**Palavras-Chave:** Gênero; Mulher na Diplomacia; China; Ministério das Relações Exteriores, Relações Internacionais.

## **ABSTRACT**

The debate about the representation of women in the political spheres of countries, both internally and externally, has gained much visibility in current times, however, research in the area is mainly focused on the West, making studies about the East more scarce. Given this scenario, this project seeks to analyze the presence of women as ambassadors in China's Ministry of Foreign Affairs, in the period between 1997 and 2017. The research consists of an interdisciplinary historical analysis, as it explores the historical and conceptual frameworks of the feminist theory of International Relations and gender theories, in addition to the emancipatory history of women in the Chinese community and their trajectory to the diplomatic career. The paper essentially follows the qualitative method, in addition to literature and documentary research that were used to deal with the data collected from the website of the Chinese Ministry of Foreign Affairs about the female ambassadors. The main purpose of this study is to build a concise and easily accessible database to assist in future research on the presence of women in global diplomacy.

**Keywords:** Gender; Woman in Diplomacy; China; Ministry of Foreign Affairs, International Relations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Níveis hierárquicos da carreira diplomática na China	46
Figura 2 - Mapa dos países que já tiveram mulheres como chefes da sua embaixada chinesa	49

### GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mulheres embaixadoras por região do mundo	49
Gráfico 2 - Proporção dos mandatos de embaixadores	50
Gráfico 3 - Proporção dos embaixadores no período de 1997-2007 caso os embaixadores não-identificados fossem mulheres	52
Gráfico 4 - Comparativo de Embaixadores (Homens, Mulheres e Não-Identificados)	53
Gráfico 5 - Gráfico evolutivo da presença das mulheres como embaixadoras na China no período de 1997-2017	56

### QUADROS

Quadro 1 - Mulheres embaixadoras por região do mundo	40
Quadro 2 - Proporção dos mandatos de embaixadores	40
Quadro 3 - Proporção dos embaixadores no período de 1997-2007 caso os embaixadores não-identificados fossem mulheres	51
Quadro 4 - Comparativo de Embaixadores (Homens, Mulheres e Não-Identificados)	55

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>FEMINISMO, ESTUDOS DE GÊNERO E DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Debates Metodológicos Feministas</b>	<b>19</b>
<b>3.2</b>	<b>Estudos de Gênero e Diplomacia</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>MULHERES NA CHINA</b>	<b>27</b>
<b>4.1</b>	<b>Antecedentes da luta das mulheres na China</b>	<b>27</b>
<b>4.2</b>	<b>Mulheres na Diplomacia Chinesa</b>	<b>42</b>
<b>5</b>	<b>A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>	<b>45</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>59</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a história da China, quando se estuda acerca das mulheres, percebe-se que, assim como na história de outros países com bases sociais patriarcais, as mulheres chinesas eram colocadas em posições de submissão ao homem, seja o pai, o marido, ou até mesmo o irmão (PROZCZINSKI, 2017). Essa situação vem mudar com a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao poder, em 1949.

Com a chegada dos comunistas ao poder, a igualdade entre homens e mulheres —um princípio defendido pelos comunistas desde os tempos da revolução republicana no país, em 1911, e da guerra civil— se tornou um direito oficial previsto na Constituição da China de 1954, o que melhorou a condição de vida das mulheres em muitos aspectos, principalmente no campo social e econômico, proporcionando às mulheres, por exemplo, mais liberdades a respeito do casamento e maior inserção no mercado de trabalho. Entretanto, apesar do aumento da participação das mulheres em âmbitos sociais e econômicos, não conseguimos identificar o cumprimento desse princípio de igualdade na arena política do país.

As mulheres dentro do campo político da China continuaram a ter uma participação muito ínfima em comparação a participação masculina, o que significava que as pautas das mulheres não tinham prioridade ou não possuíam força suficiente nos debates dentro de um dos principais mecanismos capazes de gerar transformações na vida de todas as mulheres do país. Essa situação se observa tanto no campo da política interna quanto da política externa da China.

Após o fim da era Mao e a abertura econômica da China no final da década de 1970 e início da década de 1980, promovida por Deng Xiaoping, o país passou a participar mais ativamente na esfera internacional e nas reuniões mundiais promovidas pelas Nações Unidas no final do século XX. Nesse contexto, o debate sobre as questões das mulheres na China ganhou nova atenção do governo e da sociedade chinesa, que até então acreditava ter erradicado a desigualdade de gênero no país.

Durante a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na cidade de Beijing em 1995, a China declarou “estar comprometida com o desenvolvimento e o progresso das mulheres, tomando a igualdade de gênero como uma política nacional base para o avanço social” (SHEN YIFEI, 2016, p.11). Essa afirmação ganhou grande notoriedade internacional e contribuiu para a construção

da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing, que destacou em seu documento oficial a preocupação com a desigualdade em relação à participação no poder político.

Visando cumprir com a declaração da Conferência de Pequim, que previa o fim das barreiras e limitações “que dificultam a participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada” (ONU MULHERES, 1995, p.8), a China derruba, em 1997, a regra do exame admissional à carreira diplomática que previa que as mulheres só poderiam representar 10% do número total de candidatos aprovados no exame, fazendo com que mais mulheres pudessem participar e ocupar espaços importantes dentro do Ministério das Relações Exteriores da China (MRECh).

A partir da derrubada da regra, o número de mulheres que fazem parte da carreira diplomática do país se tornou mais expressivo. De acordo com a embaixadora Fu Ying em uma reunião oficial com outras diplomatas no escritório britânico de relações exteriores no ano de 2008, desde 1997 até o momento da reunião, a proporção de mulheres admitidas no exame para a carreira diplomática superou várias vezes os 50% (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO REINO UNIDO DA GRÃ BRETANHA E IRLANDA DO NORTE, 2008). Além do aumento no número de mulheres admitidas, Fu Ying também destacou que naquele mesmo ano as mulheres representavam quase 1/3 do número total de diplomatas do ministério, mas apenas 5,6% do número total de embaixadores eram mulheres e 13,75% do total de chefes de missões eram mulheres.

A Emirates Diplomatic Academy (EDA), em 2018, desenvolveu um relatório que reunia em tabela as estatísticas de mulheres embaixadoras dos países do G20 daquele ano. A China ocupou o 16º lugar nesse ranking dos países, com apenas 6,7% de representação feminina em embaixadas naquele ano, uma porcentagem maior, mas numericamente pior do que a de 2008, já que em 2008 havia 45 mulheres embaixadoras no MRECh enquanto em 2018 só haviam 12.

É possível encontrar alguns dados acerca da presença das mulheres no Ministério das Relações Exteriores da China, entretanto, esses dados se encontram profundamente dispersos, não permitindo observar com clareza a evolução da presença das mulheres como embaixadoras na instituição norteadora da política externa chinesa. É a partir desta lacuna de dados observada que este trabalho se propõe a apurar os dados disponíveis sobre as mulheres como embaixadoras na

principal instituição diplomática chinesa, no período compreendido entre a derrubada da regra do exame admissional ao ano anterior à publicação do relatório da EDA, a fim de responder a pergunta: como evoluiu a presença das mulheres como embaixadoras no Ministério das Relações Exteriores da China no período de 1997 a 2017?

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a evolução da presença das mulheres como embaixadoras no Ministério das Relações Exteriores da China, no período que vai de 1997 a 2017.

Com vistas a alcançar este objetivo, realizamos uma coleta de dados a partir das informações disponíveis no site oficial do Ministério das Relações Exteriores da China acerca das mulheres que serviram como embaixadoras do país no período proposto. Além disso, executamos um estudo histórico sobre a trajetória da mulher na carreira diplomática chinesa, a fim de compreendermos o contexto de luta das mulheres para fazer parte do corpo de diplomatas e embaixadores do Império do Meio<sup>1</sup>.

Posto isso, os objetivos específicos deste trabalho são os seguintes: analisar, do ponto de vista da teoria feminista e os estudos de gênero nas Relações Internacionais, o debate acerca da mulher na diplomacia contemporânea; examinar a trajetória da mulher no mercado de trabalho e na carreira diplomática da China; e avaliar a dinâmica da presença das mulheres como embaixadoras no MRECh dentro do período proposto.

No capítulo seguinte apresentamos com detalhes a metodologia e os desafios para a construção deste trabalho. Utilizamos como método de abordagem a análise histórica, que consiste em “investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.106).

No terceiro capítulo, será apresentado o referencial teórico, onde fizemos uso de conceitos cunhados pelas teorias feministas das Relações Internacionais relacionados aos debates e estudos de gênero e diplomacia.

Também trouxemos no terceiro capítulo um pouco sobre a história da trajetória diplomática das mulheres ao redor do mundo, que nos mostram como, não só as mulheres têm historicamente encontrado limitações para se inserir e ascender

---

<sup>1</sup> Tradução literal de 中国 (Zhōngguó).

na carreira diplomática, como os próprios estudos de gênero e diplomacia encontram entraves para serem realizados e desenvolvidos, a exemplo dessas dificuldades encontramos o excesso de estudos nacionais e voltados para o Ocidente e a dificuldade de combinar as múltiplas abordagens metodológicas existentes.

No quarto capítulo, nos aprofundamos na trajetória de luta da mulher chinesa até chegar ao mercado de trabalho e à carreira diplomática do país, a fim de compreendermos os precedentes, o contexto social e as aspirações internacionais que a China possuía antes de promover a derrubada da regra que limitava a inserção de mulheres na carreira diplomática do país, em 1997.

Já no quinto e último capítulo, apresentamos os resultados da coleta de dados acerca das embaixadoras na China no período de 1997 a 2017, a partir dos quais construímos quadros e gráficos que nos auxiliarão a verificar como evoluiu a participação das mulheres como embaixadoras no MRECh no intervalo de tempo sugerido.

Conforme os critérios especificados nas diretrizes técnicas do trabalho de conclusão de curso (TCC) do bacharelado em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Pará, a presente pesquisa está relacionada à linha de pesquisa 6, Cultura, Linguagem e Questões Normativas, uma vez que o trabalho abordará questões que compreendem relações sociais e de poder a partir de categorias de representação e gênero.

Em síntese, a realização deste trabalho visou contribuir com os estudos sobre gênero e diplomacia, principalmente no que tange a expansão dos estudos sobre a representação da mulher na diplomacia mundial, a partir da construção de uma base de dados objetiva e de fácil acesso para os pesquisadores.

## 2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a viabilização deste trabalho, visto que a escassez de dados se configura muitas vezes como um dos maiores desafios para os estudos sobre a mulher na carreira diplomática, optamos por seguir com uma análise qualitativa, de caráter exploratório e descritiva. Além de realizar uma pesquisa bibliográfica interdisciplinar dos marcos históricos e conceituais da teoria feminista das Relações Internacionais e das teorias de gênero, também realizamos uma pesquisa documental, um método de pesquisa que “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). Utilizaremos o método de pesquisa documental para lidar com os dados coletados do site do Ministério das Relações Exteriores da China.

Nesse ponto, é importante destacar neste trabalho a origem dos dados coletados para esta pesquisa. Parte dos dados coletados para a pesquisa são provenientes de outras pesquisas ou foram tratados por outros pesquisadores, o que caracteriza dados de origem secundária de acordo com Farias Filho e Arruda Neto (2015, p. 68). Contudo, não são todos os dados presentes neste trabalho que são de origem secundária.

Os dados coletados do Ministério das Relações Exteriores da China são dados que não foram tratados anteriormente. O colhimento das informações acerca dos embaixadores, bem como seu sexo biológico e o período de sua atuação como chefe de embaixada foram coletados um a um das listas de embaixadores e ex-embaixadores divulgadas no site do Ministério, agrupadas em formato de banco de dados na ferramenta Microsoft Excel, para posteriormente serem filtradas, tabeladas e interpretadas. Ao todo, foram investigados mais de 1145 mandatos de embaixadores divididos em 162 países que possuem embaixadas chinesas em seus territórios, por um período de 21 anos (1997-2017). Esse tipo de coleta que lida com dados inéditos ou não tratados é chamado de coleta de dados primários (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015, p.68).

No que tange a estratégia de pesquisa, conforme aludido no capítulo introdutório deste trabalho, nosso estudo segue o método histórico, sob finalidade básica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 106) “o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para

verificar a sua influência na sociedade de hoje”, e como nossa intenção com essa pesquisa é investigar como ocorreu a evolução na quantidade de mulheres presentes no Ministério das Relações Exteriores da China como embaixadoras, apoiando-nos em dados do passado (1997-2017) para viabilizar pesquisas sobre a condição atual das mulheres na diplomacia, não só na China mas mundialmente, assegurando a percepção da continuidade e do entrelaçamento de fenômenos que acreditamos que esse método é o mais adequado para este trabalho.

Enquanto os dois capítulos seguintes deste trabalho focam na discussão da trajetória da mulher no mercado de trabalho na China, nas Teorias Feministas das Relações Internacionais e conceitos-chave para a análise, o último capítulo abriga o resultado de todos os dados coletados do site do Ministério das Relações Exteriores da China. Achamos relevante destacar então, algumas dificuldades que foram encontradas ao longo da coleta de dados.

O primeiro grande desafio que encontramos durante a construção deste trabalho foi a questão das fontes utilizadas. Ao longo do trabalho, principalmente nos capítulos 3 e 4, é possível verificar o uso frequente do *apud*, indicando que utilizamos a citação da citação de alguns autores. Essa situação é resultado de dois principais fatores: da dificuldade de encontrar os texto originais de certos autores, principalmente aqueles que falam sobre a mulher na China; e da escolha narrativa desta autora de dar vazão a trabalhos cunhados pela visão das Relações Internacionais.

Outro grande desafio foi a questão do idioma. O idioma Mandarim é de origem sino-tibetana, que em sua escrita utiliza ideogramas (o chamado *Hanzi*), um sistema de linguagem totalmente diferente do português brasileiro, que tem suas origens no Latim e no alfabeto grego. Devido a essas diferenças linguísticas não foi possível fazer a imediata diferenciação dos nomes masculinos e femininos da língua chinesa. Para contornar este problema, resolvemos conferir com fotos nome por nome das listas de embaixadores e ex-embaixadores fornecidas pelo site da instituição. É importante observar que as listas estavam divididas por país em cada uma das 6 regiões geográficas (Ásia, África, Europa, Oceania, América do Sul e América do Norte) explicitadas no site.

Para encontrarmos os registros fotográficos dos embaixadores, utilizamos as seguintes estratégias: buscamos nas plataformas de pesquisa pelo nome do diplomata acompanhado dos caracteres 大使 (*dàshǐ*), que significa embaixador. A

partir dessa busca procuramos registros fotográficos ou o curriculum vitae dos embaixadores, normalmente localizados no site oficial do ministério ou de antigos endereços das embaixadas.

O Curriculum Vitae (CV) dos embaixadores foi o nosso principal material para fazer a diferenciação entre diplomatas homens e mulheres. Isso porque a segunda informação destacada nos currículos é o sexo biológico dos embaixadores, contudo nem todos os embaixadores estavam com o CV disponível na internet, e para prosseguir com a pesquisa seguimos buscando notícias e relatórios oficiais com registros fotográficos dos embaixadores.

Em alguns raros casos, as embaixadas possuíam a lista fotográfica de todos os seus embaixadores, como é o caso da embaixada do Brasil, neste caso em específico não precisamos conferir nome por nome dos indivíduos.

Quando não conseguimos conferir o sexo dos diplomatas de nenhuma das três maneiras descritas acima, recorremos à pesquisa direta nas plataformas de busca. Aqui é necessário destacar que na China não se usa a plataforma Google com a frequência que o ocidente usa, pois os cidadãos têm preferência e são incentivados a utilizar as plataformas de pesquisa nacionais, como o baidu e o baike, sendo este último uma espécie de Wikipédia da China.

Sendo o baike uma fonte de pesquisa pouco confiável, devido ao fato que pode ser editada por qualquer usuário, fizemos um grande esforço para não utilizar essa ferramenta em nossa pesquisa, mas devido a quantidade escassa de registros textuais e fotográficos sobre os embaixadores, principalmente aqueles anteriores aos anos 2000, recorremos a este recurso algumas vezes, mas sempre com a preocupação de realizar o cruzamento dos dados com os relatórios fornecidos pelo MRECh para verificar se as fontes utilizadas passavam a informação correta.

É necessário apontar também que, embora este trabalho faça a investigação dos embaixadores de 162 países que possuem embaixada chinesa, a China tem mais de 170 embaixadas pelo mundo. Optamos por deixar alguns países de fora da pesquisa para tornar o resultado dos dados mais preciso, pois a situação diplomática desses lugares com a China muitas vezes gerava dados muito deficientes e que impactariam no parâmetro de análise dos dados, como é o caso de países que as embaixadas só foram criadas depois de 2010, como é a situação do Sudão do Sul.

Existiram também casos de embaixadas com representação dupla, como é o caso da embaixada de Mônaco, que é comandada pelos embaixadores da França, e

a embaixada de Andorra, que é comandada pela embaixada na Espanha. Em outros casos, as relações foram cortadas mas retornaram em outro momento, como é o caso da Gâmbia, ou os registros simplesmente são interrompidos e voltam bem posteriormente, como é o caso de Granada. Existem ainda casos especiais como o do Panamá, que por muito tempo reconhecia Taiwan como um país independente e por isso não possuía uma embaixada da China em seu território, até que em 2017 eles rompem relações diplomáticas com Taiwan e estabelecem relações de embaixada com a China continental. Em suma, cerca de 16 países foram excluídos da análise para evitar o desequilíbrio nos parâmetros de investigação ao longo do tempo, porém esse fato não invalida a pesquisa realizada visto que o exame de 90% das embaixadas gera resultados que se aproximam da realidade total das mulheres no topo da carreira diplomática da China.

### 3. FEMINISMO, ESTUDOS DE GÊNERO E DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais enquanto matéria de conhecimento científico autônoma é relativamente nova comparada a outras áreas da ciência, visto que foi uma disciplina criada no início do século XX, mas que possui antecedentes que, conforme afirma Maria Odete de Oliveira (2005, p. 29): "deitam raízes em tempos longínquos, cujas marcas encontram referências nas indagações dos primeiros relacionamentos estabelecidos entre os homens e suas incipientes comunidades".

Contudo, é só nas décadas de 1970 e 1980, com a emergência do chamado Terceiro Debate das R.I —que desafiou as metodologias convencionais e criou espaço para que as abordagens interparadigmáticas, como o debate pós-positivista, o construtivismo e o pós-modernismo, pudessem se desenvolver no âmbito acadêmico das Relações Internacionais— que as abordagens feministas e de gênero encontram espaço para se desenvolver como ferramenta analítica e categoria empírica para entender as atuais relações de poder globais. Nesse contexto, encaixa-se perfeitamente a afirmação de Tickner e True (2018 apud ROSA, p. 2) “o feminismo não chegou tarde às Relações Internacionais, mas as Relações Internacionais chegaram tarde ao feminismo”.

Essa chegada tardia das Relações Internacionais ao feminismo decorre de vários fatores, mas destacamos neste trabalho apenas alguns dos fatores principais que consideramos mais relevantes para contextualizar a pesquisa. O primeiro fator que apontaremos aqui está relacionado com o próprio objeto de estudo das R.I. De acordo com Halliday (1999), tradicionalmente o objeto das Relações Internacionais são as *high politics*, que são temas considerados mais relevantes para o campo de estudo, geralmente associadas a questões de segurança e interesses estratégicos, e onde as questões de gênero são consideradas como menos relevantes para o estudo das Relações Internacionais.

A irrelevância associada às análises de gênero em temas como a diplomacia ou a alta política acontecem porque, à primeira vista, não parece existir uma relação explícita entre o gênero em si e essas temáticas. Scott (1989, p. 8) explica que essa interpretação resulta em uma visão funcionalista baseada, principalmente, na biologia e na perpetuação da ideia das esferas separadas, como se sexualidade ou família não se misturassem com política, culminando assim, em mais um fator de

resistência à incorporação das teorias feministas e de gênero às Relações Internacionais.

Outro fator que também influenciou na resistência da incorporação das teorias feministas aos estudos da dinâmica internacional diz respeito à forma com que a disciplina foi construída e, principalmente, quem a construiu. Poucas mulheres participaram do processo inicial da construção da disciplina das Relações Internacionais, e esse fato associado à negligência das questões de gênero em relação as *high politics* fez com que as normas e comportamentos masculinos fossem considerados como padrão humano, tornando a disciplina masculinizada ao permitir que fosse construída por homens e para homens (SALVATERRA, 2019, p.19).

Além de enfrentar essas resistências para se consolidar enquanto ferramenta analítica dentro das Relações Internacionais, teóricos e teóricas do feminismo ainda são, até os dias atuais, questionados sobre a utilidade de suas pesquisas para as R.I. Acerca desse questionamento, a autora Gabriela Balestro responde destacando que a mulher não apenas vive, mas atua no tempo, sendo assim, um ator histórico e como tal deve ser considerada, outrossim que também é “necessário compreender que a construção de uma sociedade justa e inclusiva passa necessariamente pela igualdade de acesso, oportunidades e direitos de homens e mulheres” (BALESTRO, 2019, p.2).

Para combater esses questionamentos, os pesquisadores da teoria feminista das Relações Internacionais também se esforçaram para estabelecer “normas” e métodos de análise que validem a teoria diante da academia. Neste trabalho, faremos uso principalmente do conceito desenvolvido por Joan Scott de gênero como categoria de análise, que afirma que gênero é uma categoria construída socialmente e é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21). Utilizar o gênero enquanto categoria de análise é procurar “entender a construção dos perfis e dos comportamentos masculino e feminino, um em função do outro e construídos social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados” (BALESTRO, 2019, p. 11).

Olhar às Relações Internacionais sob as lentes de gênero abriu um leque de possibilidades de estudo, dentre as quais se identificam as pesquisas em gênero e diplomacia, mas antes de tratarmos sobre essa linha de pesquisa, que é a norteadora deste trabalho, gostaríamos de discorrer rapidamente sobre os desafios

de cunho metodológico enfrentados pelos teóricos da corrente feminista, com a intenção de promover maior entendimento ao leitor sobre as metodologias e categorizações desenvolvidas por essa corrente teórica.

### **3.1 Debates Metodológicos Feministas**

Inicialmente, as teóricas feministas das Relações Internacionais tinham duas preocupações principais: mostrar o preconceito de gênero, inerente às abordagens teóricas tradicionais e agendas de investigação no âmbito da política internacional, e demonstrar que mudaram as fronteiras conceituais e percepções sobre o que era relevante compreender para explicar a dinâmica internacional, através das análises feministas e de gênero.

Além de verificar a ausência de estudos das dinâmicas internacionais pelas lentes de gênero, as teóricas feministas também notaram a própria ausência de mulheres como atores na esfera internacional. É a partir dessas carências verificadas que as teóricas feministas das Relações Internacionais vão direcionar seus esforços em investigar e evidenciar, a partir de perspectivas interseccionais, as fontes de desigualdade de gênero na comunidade internacional, buscando emergir as vozes e presenças silenciadas pelos homens e teóricos da disciplina (SALVATERRA, 2019, p. 21).

Uma das primeiras questões com que as feministas das R.I se preocuparam foi com o estabelecimento de uma abordagem metodológica para os estudos de gênero, que fosse capaz de introduzir uma perspectiva analítica de gênero nas Relações Internacionais. Nesse sentido, uma das obras que mais se destaca chama-se *Feminist Methodologies for International Relations*, que possui uma coletânea de textos de importantes pesquisadoras do feminismo nas R.I como Ackerly Brooke, Jacqui True, J. Ann Tickner, Christine Sylvester, Maria Stenr entre outras. Essa obra explora vários aspectos metodológicos, desde reflexões sobre formas de testar hipóteses até a proposição de novos métodos de pesquisa, como entrevistas qualitativas, etnografia, observação participante, história oral, histórias etnográficas de vida e análise de discurso (SILVA, 2013, p. 47). Independente da metodologia utilizada, é necessário considerar que, como aponta Silva ao citar Pepper Da Costa (1997, apud SILVA, 2013, p. 54): “trata-se de estudar a interdisciplinaridade das consequências de processos interativos e internacionais dentro das sociedades, e o impacto resultante destas mudanças em RI”.

Para relacionar de certa forma as análises de gênero nas R.I produzidas pelos pesquisadores, a autora citada anteriormente, Pepper Da Costa, baseada nas análises de Halliday, aponta a existência de diferentes dimensões do interesse sobre a interação das mulheres e a esfera internacional, sendo essas dimensões: verificar o crescimento da corrente dentro da teoria política e social; a importância do papel que as políticas internacionais e os processos desempenham na prática, ao determinar o lugar das mulheres e dos homens na sociedade e na estrutura das relações econômicas, sociais e políticas entre os sexos; e/ou a maior proeminência que as mulheres têm obtido nos últimos anos como sujeitos internacionais. No caso desta pesquisa, se formos localizá-la dentro de uma dessas dimensões, acredita-se que a segunda dimensão é a mais adequada para esse caso.

Também é importante destacarmos neste ponto a existência de diferentes categorias de análise dentro da própria corrente feminista das Relações Internacionais. Existem diversas perspectivas teóricas dentro dos estudos de gênero, que mesmo que compartilhem o objetivo de investigação, diferem na maneira que olham para esse objetivo. Observando essa diferença, a autora Rosemary Tong aponta, em 1989, uma classificação das diferentes teorias feministas, baseado na maneira pelo qual cada uma observa as causas da opressão das mulheres, são as teorias: feminista liberal, marxista, radical, socialista, psicanalítica, existencial e pós-moderna.

Existem ainda outras formas de categorizar essas diferenças, como a proposta por Sandra Harding em 1986, por exemplo, que divide o feminismo nas R.I em: empirismo feminista, teoria do ponto de vista e pós-modernismo feminista. Nesta pesquisa, optamos por seguir com a classificação proposta por Tong, pois observamos que ela se encaixa melhor em nosso objetivo final, mas interligaremos essa classificação com a pesquisa mais à frente.

Em todo caso, essas classificações e debates metodológicos, combinados ao caráter interseccional dos estudos, permitiram que um leque de questões analíticas se abrisse pelo uso de gênero nas pesquisas sobre o poder e às Relações Internacionais, que não abarca apenas o Estado como estrutura fundamental de perpetuação da desigualdade de gênero, mas também sobre a masculinidade nele ensejada (LENINE; SANCA, 2022, p.107). E é desse leque de possibilidades que os estudos de gênero e diplomacia vão surgir.

### 3.2 Estudos de Gênero e Diplomacia

Os estudos sobre a mulher na diplomacia são relativamente novos. Isso não significa que não existiam anteriormente, mas esses estudos só se desenvolveram com mais vigor a partir da primeira década do século XXI, de acordo com Aggestam&Towns (2018, p.10).

Embora os estudos acerca da mulher na diplomacia sejam recentes, a atuação da mulher no campo diplomático não é. Antes mesmo de serem efetivamente diplomatas ou exercerem a diplomacia indiretamente de maneiras diversas, como é o caso das chamadas *diplowives*<sup>2</sup>, as mulheres serviram ocasionalmente como negociadoras diplomáticas e até foram nomeadas embaixadoras na Europa antes do século XIX, antes que surgissem as proibições que impediam as mulheres de ocuparem cargos formais de Estado (AGGESTAM; TOWNS, 2018, p.13).

A partir do século XIX e principalmente em meados do século XX, a profissão de diplomata se tornou muito mais burocratizada e profissionalizada. Nesse período, os serviços consulares e diplomáticos foram unificados em uma única carreira, fazendo com que conflitos quanto ao papel a ser desempenhado pelas diplomatas que já se encontravam em carreira ficassem em evidência (LENINE; SANCA, 2022, p.111), e é nesse contexto que muitas instituições responsáveis pela política externa dos países ao redor do mundo passaram a impedir oficialmente o ingresso de mulheres na carreira diplomática, como é o caso do Brasil.

Com o surgimento dos exames de admissão, a atividade diplomática, antes desenvolvida somente por quadros recrutados diretamente das elites e nobrezas, se abriu para outros setores sociais (LENINE; SANCA, 2022, p.103), contudo isso não significou que as mulheres não continuaram a encontrar obstáculos para sua inserção e ascensão na carreira diplomática. Em alguns casos, Estados baniam mulheres casadas ou estagnavam suas carreiras dentro dos ministérios, ou em outros casos, Estados limitavam o ingresso de mulheres através da própria regra dos exames, como no caso da China, que até 1997 possuía uma regra entre as diretrizes de seu exame de admissão para a carreira diplomática que limitava as mulheres a representar no máximo 10% do total de candidatos aprovados no exame para a carreira diplomática no Ministério das Relações Exteriores do país.

---

<sup>2</sup> Esposas de Diplomatas

É só na década de 1990 e início dos anos 2000, com as grandes conferências sobre os direitos das mulheres, como a Quarta Conferência Mundial da Mulher realizada em Pequim em 1995 e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que destacou a necessidade da participação feminina nas negociações de paz e instituiu a agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS), que a temática da promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres se torna uma agenda oficial para a ONU e para seus integrantes. Contudo, mesmo sendo reconhecido como pauta essencial para o alcance do desenvolvimento, os números coletados mostram que ainda nos encontramos distantes da paridade de gênero na política internacional em geral.

De acordo com os dados da ONU Mujeres (2020), no ano de 2020, as mulheres representavam apenas 6,6% dos chefes de Estado, 6,25% dos chefes de governo, 20,5% de presidentes do parlamento e 25,3% de vice-presidentes pelo mundo. A situação não é muito diferente para as mulheres que atuam na diplomacia, principalmente as embaixadoras. Os dados publicados em novembro de 2018 pela Emirates Diplomatic Academy sobre a presença das mulheres embaixadoras nos países do G20 mostram que a porcentagem de mulheres embaixadoras varia de 36% a 0%, sendo que 3/5 dos países possuem menos de 20% de mulheres do total de embaixadores, estando a Austrália em primeiro lugar, o Brasil em 13º com as mulheres representando 10,1% do número total de embaixadores e a China em 16º lugar com as mulheres representando apenas 6,7% do seu total de embaixadores.

Como podemos verificar a partir dos dados acima, a carreira diplomática, assim como a vida política como um todo, continua sendo dominada por homens. Essa super representação masculina na carreira diplomática está estritamente ligada com o passado formal de banimentos e exclusões citados anteriormente (AGGESTAM; TOWNS, 2018, p.17), além de ser influenciada pelo caráter masculino do sistema internacional.

Diversos autores da linha de pesquisa de gênero e Relações Internacionais já abordaram a questão da masculinidade do sistema internacional. J.ann Tickner em diversos dos seus trabalhos explica como a formulação de políticas externa e militar tem sido em grande parte conduzida por homens, fazendo com que a disciplina que analisa essas atividades seja obrigatoriamente sobre homens e masculinidade (TICKNER, 1992, p. 9). Mais do que só a pesquisa, o fato das instituições internacionais serem profundamente marcadas por uma presença masculina faz

com que esses indivíduos tenham o poder para ditar as normas de ação e os comportamentos dos demais.

Nesse sentido, é importante trazermos aqui o termo cunhado por Raewyn Connell chamado masculinidade hegemônica. A masculinidade hegemônica é um ideal socialmente construído, que embora não corresponda a personalidade real da maioria dos homens, sustenta o patriarcado e legitima uma ordem política e social guiada pelo patriarcalismo. Connell afirma que essa masculinidade está por trás da ordem de gênero que incide em caráter multidimensional sobre as estruturas da sociedade, desde suas normas até os corpos dos indivíduos (CONNELL, 2005 apud LENINE; SANCA, 2022, p.108). No caso das relações internacionais, a relação entre esse ideal de masculinidade e as masculinidades consideradas subordinadas, como a homossexualidade, a feminilidade e qualquer outra expressão que difere do ideal hegemônico de masculinidade, é o que produz as hierarquias de gênero dentro das instituições e relações entre os indivíduos.

Essas hierarquias de gênero criam divisões e atribuem valores e papéis sociais a homens e mulheres, sendo aos primeiros “reservado às características de racionalidade, objetividade, capacidade de decisão; às segundas, a gentileza, empatia, cuidado e necessidade de segurança (DURIESMITH, 2018; HAWKESWORTH, 2019 apud LENINE; SANCA, 2022, p.105). Essa atribuição de papéis diz respeito principalmente aos papéis sociais dos homens e das mulheres na vida pública e privada, onde o espaço público é reservado para o homem e o espaço privado a mulher.

Nesse entendimento, levando em consideração a relação entre os papéis atribuídos a homens e mulheres, essas hierarquias de gênero resultam em uma organização da atividade social e política hierarquizada, fazendo com que as identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens, ou de características masculinas, tenham maior prestígio, diante de identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas.

É partindo dessa atribuição de papéis e do estabelecimento das hierarquias de gênero que Elshtain (1995) introduz a relação do público e do privado nas Relações Internacionais, denunciando a predominância da identificação da esfera pública com características masculinas, que finda privilegiando as identidades e atividades concebidas como próprias dos homens, em detrimento das identidades e

atividades associadas às mulheres, criando assim divisões sexuais do trabalho dentro das instituições.

Kergoat (2003, p.55) explica que a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, e essa divisão é essencial para a sobrevivência dessas relações sociais entre os sexos. Também de acordo com a autora, essa forma particular de divisão tem dois princípios norteadores: o princípio de separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e o princípio de hierarquização (o trabalho de homem “vale” mais que o trabalho de mulher). A característica principal da divisão sexual do trabalho é justamente a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, ao mesmo tempo em que atribui maior valor às funções desempenhadas pelos homens. Sendo assim, constata-se então que a divisão sexual do trabalho é o que molda as formas de trabalho, emprego e as hierarquias de gênero existentes no ambiente laboral.

Aggestam e Towns observam bem essas divisões no contexto diplomático em seu trabalho intitulado “The gender turn in diplomacy”. De acordo com as autoras:

“estudos anteriores mostram que Ministérios das Relações Exteriores podem ser concebidos como instituições generificadas. Essas instituições parecem conter divisões previsíveis de trabalho incluindo uma divisão familiar das responsabilidades e tarefas entre mulheres e homens, com as mulheres frequentemente terminando em funções de suporte e em áreas políticas “soft” enquanto homens tendem a se aglomerar em funções e áreas políticas “hard” e são super representados nas posições de liderança. A entrada das mulheres na diplomacia parece ser marcada por essas divisões” (AGGESTAM; TOWNS, 2018, p. 21 - tradução nossa.)

É possível observar então, a partir do exposto acima, que essas divisões dentro das instituições formuladoras da política exterior vão incidir sobre as mulheres de modo a limitar seu escopo de atuação, sendo reservado para elas apenas carreiras burocráticas ou ligadas às *low politics*.

É por essa razão, e observando esse cenário do final do século XX e início do século XXI, que as abordagens de gênero passam a investigar e questionar sobre a presença das mulheres nas instituições de poder, como a diplomacia e as forças armadas, para verificar como as hierarquias de gênero se reproduzem na realidade.

De acordo com Tickner (2001), os estudos sobre a presença de mulheres na diplomacia remontam à tradição feminista liberal, cujo objetivo é evidenciar a ausência feminina nas instituições internacionais. Sendo assim, o feminismo liberal

voltava suas pesquisas principalmente a questões de representação na esfera pública.

Essas pesquisas desenvolvidas pelo feminismo liberal foram muito importantes para o desenvolvimento da teoria feminista e dos estudos de gênero dentro das Relações Internacionais como um todo, porém isso não isentou a vertente de receber críticas de dentro da própria corrente feminista. Como abordado no subtópico anterior, existe uma gama de perspectivas teóricas diferentes sobre os estudos de gênero, e uma das principais críticas que o feminismo liberal recebe dessas outras perspectivas teóricas aponta para a exacerbada preocupação com a presença das mulheres em seu aspecto quantitativo, frequentemente ignorando os papéis que elas exercem nas instituições (MONTROYA, 2018 apud LENINE; SANCA, 2022, p. 108).

Para exemplificar as visões divergentes que essas outras perspectivas teóricas possuem sobre os estudos de gênero, trazemos aqui uma explicação rápida sobre a teoria do Standpoint. Caracterizada por muitas vezes como "herdeira direto do feminismo radical" (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006, p. 598), a teoria do Standpoint enfatiza a experiência das mulheres e suas perspectivas na política global como base para teorizar as relações globais de segurança —diferente do feminismo liberal, que se preocupa mais com o aspecto quantitativo da representação das mulheres nas instituições internacionais.

Apesar de concordamos que as críticas ao feminismo liberal não são infundadas, visto que uma análise puramente quantitativa pode não gerar resultados que traduzem corretamente a realidade, achamos necessário destacar que não se pode descartar as pesquisas quantitativas no âmbito das instituições internacionais e formuladoras da política externa como se não fossem relevantes em algum nível, pois como afirma Lenine&Sanca (2022):

Tanto a “contabilização dos números” (dificultada frequentemente pela ausência de dados quantitativos nos Ministérios das Relações Exteriores) quanto a revelação de experiências de mulheres diplomatas são fundamentais para tornar visíveis as hierarquias de gênero operantes na instituição. O objetivo fundamental subjacente consiste na construção de uma análise de gênero, que reconhece o gênero como um elemento multifacetado e estruturante da realidade social (LELINE; SANCA, 2022, p. 110).

O grande desafio para os estudos de gênero e diplomacia é justamente o de combinar a multiplicidade de abordagens metodológicas para avançar nas análises institucionais feministas, de modo a gerar análises concisas e pertinentes.

Enfrentamos esse desafio também nesta pesquisa. Por um lado, o feminismo liberal é a vertente que produz estudos sobre a mulher na diplomacia mundial, e por isso optamos por nos basear em trabalhos dessa linha de pensamento. Contudo, as limitações do feminismo liberal nos levaram a fundamentar este trabalho também em trabalhos produzidos pela vertente marxista do feminismo, o que resultou em um diálogo crítico entre as duas vertentes que embasou esta obra.

Além dos embates metodológicos, os estudos de gênero e diplomacia ainda sofrem de outra limitação: o excesso de estudos de caso nacionais. Em “The gender turn in diplomacy”, Aggestam&Townes (2018, p. 16) criticam o excesso de estudos isolados em gênero e diplomacia, sem a realização de análise conjunta desses casos, pois isso dificulta a observação ampla da perspectiva geral da história da mulher na diplomacia. As autoras não desconsideram a importância dos estudos de casos nacionais, mas alertam para a necessidade de mais estudos comparativos para que se possa observar os padrões de exclusão das mulheres entre os países, a fim de tornar um fenômeno à princípio observado sob a ótica local em um fenômeno global da hierarquização gênero.

Outro entrave para o desenvolvimento dos estudos de gênero na diplomacia apontado por Aggestam e Townes (2018) é a discrepância entre o volume de estudos sobre países ocidentais e não-ocidentais. Tal desproporção gera a construção de uma narrativa eurocêntrica das pesquisas em Relações Internacionais e diplomacia, mais uma vez inviabilizando a visualização ampla do problema analisado. Perspectivas não ocidentais são necessárias pois ajudam a construir uma narrativa global mais completa e menos eurocêntrica dos desenvolvimentos relativos a gênero e diplomacia.

É justamente com o objetivo de expandir a proporção de estudos sobre a mulher na diplomacia fora do pólo Estados Unidos-Europa que este trabalho se dedica a investigar sobre a presença da mulher no Ministério das Relações Exteriores da China, buscando gerar dados que auxiliem na construção de uma perspectiva mundial da história da mulher na diplomacia.

## **4. MULHERES NA CHINA**

Antes de nos aprofundarmos na trajetória diplomática das mulheres no Ministério das Relações Exteriores da China, se faz necessário primeiro fazer uma breve análise sobre a história emancipatória das mulheres na comunidade chinesa e como elas chegaram até o mercado de trabalho e, conseqüentemente, à carreira diplomática.

### **4.1. Antecedentes da luta das mulheres na China**

Para compreender as raízes da subordinação da mulher na China, precisamos retornar a Dinastia Han<sup>3</sup>, quando os pensamentos do filósofo Confúcio, um dos mais influentes da história da China até os dias de hoje, se tornaram doutrina oficial do país e foram colocados como parte da formação escolar. Nos pensamentos passados à sociedade chinesa por Confúcio e seus seguidores, a mulher era considerada inferior, ou melhor dizendo, nem era considerada como parte integrante da sociedade, sendo colocada em posição de total submissão à estrutura patriarcal (PROZCZINSKI, 2017).

As obras Confucionistas e Neo-Confucionistas descrevem e estabelecem as principais relações da sociedade em torno de uma hierarquia de respeito e obediência, são elas as relações: pai e filho; irmão mais velho e irmão mais novo; governante e súdito. Como podemos perceber, a mulher não é citada nessas relações principais, e isso ocorre porque “a mãe é a figura amorosa da família, não tendo poder. Ela não conta em termos sociais, a sua condição é a de submissão máxima à estrutura.” (ALVES, 2007 apud PROZCZINSKI, 2017, p. 1). Sem reconhecimento social, a mulher ficou relegada a estar sempre submissa a um homem por toda a sua vida, seja ele o pai, o marido, ou, em caso de morte do marido, ao filho.

A imagem da mulher formada pelos pensamentos confucionistas normalizou a submissão da mulher na sociedade chinesa e fez com que suas vidas fossem voltadas completamente para o casamento. Famílias que tinham filhas se preocupavam unicamente em moldar uma mulher virtuosa para conseguir um bom casamento, e muitas vezes esses casamentos eram usados para formar alianças políticas entre famílias.

---

<sup>3</sup> Período de 206 a.C. a 220 d.C

A inferiorização social da mulher chinesa é um bom exemplo sobre como atuam as hierarquias de gênero e a divisão sexual do trabalho nas sociedades. Além de visualizar a divisão que prioriza os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, conforme explicitado por Kergoat (2003, p.55) no capítulo anterior, é possível verificar que não existia na sociedade chinesa a valorização do espaço privado, justamente por ser um espaço destinado à mulher, e por isso ela é excluída da estrutura social, pois só era atribuído valor a esfera onde atuavam os homens, nesse caso, a esfera pública.

Das virtudes que se procurava em uma mulher a fidelidade, o encanto físico, o decoro na fala e nos atos, e a diligência no trabalho doméstico eram os principais (XINRAN, 2002, p. 90). A mulher habilidosa, bondosa, casta e, principalmente, submissa era o exemplo de mulher virtuosa a ser seguida pelas outras e aquelas que não conseguiam alcançar esse padrão sofriam com o desprezo da sociedade.

Outra virtude, no mínimo curiosa, que era incentivada nas mulheres chinesas era a ignorância. A doutrina confucionista, ao mesmo tempo que pregava a educação para todos, excluía essas mulheres do processo educacional, não só por não considerarem as mulheres como parte da estrutura social, mas também por conta do risco que a educação da mulher oferecia à estrutura da família e do próprio Estado.

No sistema tradicional chinês, o lar e o Estado estão intrinsecamente relacionados, pois a casa faz parte do Estado e a família é a base do país, logo, a manutenção da estabilidade familiar é a premissa da estabilidade do Estado, e dentro dessa estrutura o patriarcado é utilizado como o núcleo essencial para a manutenção da estabilidade familiar (LI, 2018 apud FERNANDES, 2020, p. 24). Nesse sentido, a educação e a libertação da mulher poderia desestabilizar toda a estrutura social e familiar, e conseqüentemente abalaria a estrutura do Estado, por essa razão a ignorância era considerada uma virtude para a mulher chinesa (FERNANDES, 2020, p. 26).

Esse estado de submissão absoluta das mulheres se perpetuou até o final do século XIX e início do século XX, quando a China é abalada por diversas invasões e interferências estrangeiras no país. A partir deste momento, surge um movimento nacionalista de libertação da China, e junto deste movimento surgem os primeiros sinais da luta feminista na China.

Ao falarmos da história do feminismo na China é muito importante destacarmos o contexto histórico do surgimento da luta feminista no país, pois é nessa conjuntura de ataques militares e econômicos do Japão e do Ocidente ao Império do Meio que se define o caráter anti-imperialista e anti-colonialista do feminismo chinês.

Também é importante falarmos que o termo feminismo, enquanto termo importado do ocidente, não teve significativa adesão pelo movimento de luta a favor dos direitos das mulheres na China. De acordo com Li XiaoJiang (1997 apud SHEN YIFEI, 2016, p. 10), a palavra feminismo só se tornou conhecida na China no começo da década de 1990, sendo que os estudiosos chineses preferiram interpretar a palavra como movimento pelos direitos das mulheres<sup>4</sup>.

Durante o período compreendido entre 1911 a 1949, que marca o fim da dinastia Qing e o período republicano chinês, o movimento das mulheres na China se pautava em quatro tópicos principais: abolição da prática de pés de lótus<sup>5</sup>, acesso à educação, ao trabalho e a participação na política. Curiosamente, o movimento feminista na China não teve mulheres como seus principais representantes, mas sim homens. De acordo com o trabalho de Wang Zheng, Gao Yanyi e Liu He (2005, apud SHEN YIFEI, 2016, p. 3): “esse início do feminismo começou como parte do movimento nacionalista chinês, e representava na imaginação dos homens a mulher ideal”, tendo o homem Li QiChao como uma das figuras mais importantes neste momento.

Conforme as ideias de QiChao, uma nação próspera era uma nação com mais produtores que consumidores. A partir desta ideia, QiChao listou uma série de grupos que eram apenas consumidores —onde as mulheres estavam inclusas— e verificou que mais de 50% da população não estava consumindo. Logo, mudar o status desses grupos, e principalmente das mulheres, era crucial para a construção de uma China mais próspera. Essas ideias impulsionaram o movimento que encorajou as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho no período de 1915 a 1923.

---

<sup>4</sup> Tradução de 女权主义

<sup>5</sup> O pé de lótus é um dos maiores símbolos da crueldade a que as chinesas eram submetidas. A prática consistia em quebrar os dedos dos pés das meninas, ainda muito novas, e dobrar os dedos em direção a sola do pé, criando um formato côncavo triangular. Os pés eram enfaixados durante toda a vida para manter o formato criado e o tamanho pequeno. Isso era considerado esteticamente bonito, mas era uma prática dolorosa e cruel.

Outras duas figuras masculinas centrais na luta das mulheres na China, de acordo com Shen Yifei (2016), foram Ma JunWu e Jin TianHe. JunWu defendia que as mulheres não eram inferiores por nascimento e que o status da mulher era reflexo do nível de desenvolvimento social de uma nação, além de sustentar que a igualdade entre os sexos deveria ser alcançada através de uma revolução social. Concomitante a JunWu, TianHe argumentava que qualquer revolução por direitos civis deveria ser acompanhada por uma revolução pelos direitos das mulheres, pois as mulheres são as “mães da nação” e que todos são dotados pelos direitos dados por Deus.

Embora os homens estivessem nos holofotes da luta pelos direitos das mulheres da China, o movimento também contou com contribuições importantes advindas de mulheres, que inclusive lutaram contra esse ideal de “mães da nação”. Citamos aqui QiuJin, que enfatizava que as mulheres deveriam ser independentes e lutar por sua emancipação, ao invés de se contentar em ser a “mãe da nação”, em um esforço final para salvar a nação de ser escravizada pelas potências ocidentais.

Outra mulher que merece destaque nesta pesquisa é a ativista HeZhen. As ideias de HeZhen eram mais radicais do que QiuJin, pois ela criticava as potências ocidentais e suas versões de igualdade de gênero, além de clamar por um movimento independente pela libertação das mulheres fora da narrativa dos interesses nacionais.

HeZhen vai ainda mais longe em sua crítica aos ideais defendidos pelos intelectuais homens e denuncia os interesses por trás da presença desses homens na luta das mulheres do país. De acordo com a ativista (apud MIZUYO SUDO, 2005), as principais motivações dos homens defensores da libertação das mulheres eram: o desejo de seguir a tendência ocidental, compartilhar suas próprias dificuldades financeiras e gerar boas crianças para eles.

Apesar das claras divergências de motivações entre os ideais defendidos por homens e mulheres, é possível perceber que a essência das ideias eram parecidas, e por conta disso que foi possível conquistar a criminalização da prática de pé de lótus em 1912, a criação de mais escolas voltadas para a educação feminina e, uma das principais conquistas, a inserção da mulher no mercado de trabalho. Apesar dessas conquistas, isso não significou que as mulheres alcançaram igualdade de direitos na sociedade chinesa.

É importante observar que, a convergência de ideias entre convicções defendidas por homens e mulheres ocorreu apenas a respeito da educação, da inserção no mercado de trabalho e da abolição da prática de pé de lótus, mas essa convergência não é percebida quando falamos sobre a participação política da mulher. Isso porque nenhum destes homens defensores da libertação das mulheres demonstrava real interesse pela campanha de participação política da mulher.

A realidade é que esses homens não tinham interesse na autonomia das mulheres, mas sim na inserção das mulheres no processo de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo que perpetuam seu papel como genitora ou como afirma Shen YiFei (2016, p. 4, tradução nossa): “enquanto homens inventam mães da nação combinando o direito natural das mulheres e suas esperadas contribuições para a nação, mulheres feministas tendem a focar mais na igualdade de gênero, mesmo com algumas diferenças entre elas”.

Além disso, podemos perceber, de maneira geral, que a pauta dos direitos das mulheres só foi levantada quando a China estava em crise e precisava tornar o país mais próspero, e somente nesse momento a condição de submissão da mulher é questionada. É por essas e outras razões que uma das pioneiras em estudo de gênero Li XiaoJiang (apud SHEN YIFEI, 2016, p. 8) caracterizou o início do movimento feminista chinês de “feminismo sob o patriarcado”, pois esses movimentos eram caracterizados pela dominação masculina em quase todo aspecto.

Em 1930, as mulheres na China começaram a entrar com mais vigor no mercado de trabalho para cobrir os custos gerados pela Grande Depressão<sup>6</sup>, fato que gerou controvérsias e objeções, mas que fez com que as mulheres passassem a exercer profissões antes dominadas por homens. Dados de Shen Yifei (2016) mostram que, só em Shanghai, as mulheres representavam 55% da força de trabalho, um pequeno demonstrativo do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho chinês nesse período.

Concomitante a essa entrada mais efetiva das mulheres na força laboral do país, em 1934, o governo central de Chang Kai-shek lança o Movimento Nova Vida que tinha por objetivo reformar a sociedade chinesa e “reinventar” o papel das

---

<sup>6</sup> A Grande Depressão foi uma crise mundial que ocorreu na década de 1930, desencadeada pela quebra na Bolsa de Valores de Wall Street, nos Estados Unidos, que ocasionou em instabilidades econômicas e políticas, além da desaceleração e redução da produção industrial dos países no mundo todo.

mulheres, através de uma série de estratégias. O governo usou duas abordagens principais para alcançar seu objetivo: a primeira foi de conscientizar as mulheres de seu importante papel no renascimento da nação ao fornecer serviços essenciais para o funcionamento do país; já a segunda abordagem apelava para o papel fundamental da mulher em manter a vida familiar, tão vital que o sucesso do Movimento Nova Vida dependia quase que inteiramente da mulher e seu cumprimento das obrigações familiares (XU HUIQI, 2011).

A ênfase desproporcional na valorização da mulher, que seguia a segunda abordagem do Movimento Nova Vida, fez com que a participação da mulher no mercado de trabalho e, principalmente, na política fosse desencorajada. Paralelo ao processo interno de enfraquecimento do movimento das mulheres na China, ainda havia influências externas que corroboravam com o retrocesso.

Em meio ao pânico criado pela Grande Depressão, os países do ocidente jogaram o papel da mulher diretamente para o lar e para a fertilidade, defendendo como meio de aumentar a produtividade e reduzir os impactos do desemprego. Esse pensamento, ao encontrar o cenário de desencorajamento promovido pelo Movimento Nova Vida, gerou a noção de que a melhor maneira para se enfrentar a crise seria a mulher se retirando do mercado de trabalho e se ocupando em ser uma boa esposa e uma mãe carinhosa, para diminuir a competição por empregos e começar a gerar e criar filhos no interesse da sua família e da nação (LIAN LINGLING, 2011).

Isso resultou em um sério retrocesso para o movimento das mulheres na China, que agora tinham suas conquistas anteriores completamente desencorajadas e lançava as mulheres de volta ao confinamento do lar. Isso nos leva a concluir que as discussões e os embates do período republicano na China mais serviram ao patriarcado do que realmente ajudaram as mulheres a se inserir na vida pública e adquirir direitos iguais entre os indivíduos.

Essa situação também nos mostra como as crises, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, impactam no status social da mulher. A autora Joan Scott afirma que “crises colocaram às vezes em questão as visões normativas do casamento [...] mas também provocaram políticas natalistas que insistiram na importância exclusiva das funções maternas e reprodutivas da mulher” (1989, p. 28). A conjuntura da China das décadas de 1920 e 1930, descritas neste capítulo, corroboram com a afirmação de Scott quando percebemos que a crise econômica

do país levou ao questionamento dos moldes vigentes do casamento na época, ao mesmo tempo em que insistia-se na importância das funções maternas e reprodutivas da mulher para o progresso do país.

Paralelo a esses acontecimentos que se desenvolviam na China, o movimento revolucionário comunista, que inspirados pela ideologia marxista almejava promover uma revolução na política e na sociedade chinesa, avançava cada vez mais em seus propósitos. Nesse sentido, é importante destacarmos neste trabalho o que propunha a ideologia marxista para as mulheres para entendermos as bases do pensamento libertário que transformaria a situação das mulheres após a revolução comunista de 1949.

Para essa corrente de pensamento, igualdade entre homens e mulheres seria impossível de ser alcançada enquanto as mulheres continuassem confinadas em trabalhos domésticos não-pagos e excluídas das atividades produtivas. Desse modo, a libertação das mulheres só seria possível quando elas passassem a participar da cadeia de produção e quando as tarefas de casa tomassem pouco tempo de suas vidas.

Lenin, enquanto revolucionário comunista e teórico político, também reconhece que a promoção da emancipação da mulher é fator condicionante para a vitória do comunismo, visto que o fim das relações que promovem a exploração da mulher também significa o fim da exploração humana (CISNE, 2018, p. 218). Sendo assim, a abolição da propriedade privada e a transformação da economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada, associada à transformação da cultura e dos valores da sociedade, são premissas indispensáveis, não só para a emancipação da mulher, mas para toda a classe trabalhadora.

A adoção da Resolução sobre as Mulheres na China, em julho de 1922, marca o início da aplicação da ideologia marxista na libertação das mulheres no país (SHEN YIFEI, 2016, p. 9), contudo, é o movimento revolucionário comunista, representados pelo Partido Comunista Chinês (PCC), que efetivamente faz uso dos ideais de igualdade entre homens e mulheres em seu projeto político.

Fazendo uso das concepções marxistas de igualdade de gênero em seus princípios políticos e em seu plano de libertação nacional, o Partido Comunista Chinês transforma a igualdade de gênero em uma peça-chave para atrair novos seguidores para a sua revolução. Quando finalmente o movimento revolucionário

toma o poder no país em outubro de 1949, inaugura-se uma nova fase para a luta feminista na China.

A tão almejada igualdade de gênero é alcançada, pelo menos teoricamente, em 1954 com a promulgação da nova Constituição da República Popular da China (RPC). A nova Constituição previa para mulheres e homens direitos políticos, econômicos, culturais e familiares iguais.

O aparato legislativo da China após a chegada dos comunistas ao poder foi uma das ferramentas mais importantes para promover direitos iguais para mulheres e homens, e a Lei do Casamento foi um dos destaques legislativos dos anos iniciais do governo do PCC. A Lei do Casamento, aprovada quatro anos antes da Constituição de 1954, aboliu o casamento por compra, estabelecendo a liberdade de escolha como um princípio fundamental, além de afirmar o direito ao divórcio. Tal lei foi considerada um marco na história da luta feminina na China, já que os casamentos arranjados eram um dos pilares mais opressores da mulher antes da revolução comunista, logo, sua promulgação é apontada como um dos primeiros passos dados para a abolição do sistema patriarcal.

Outra lei que impulsionou ainda mais o movimento pelos direitos iguais para as mulheres foi a Lei da Eleição de 1953. A Lei de Eleição deu às mulheres o direito de votar e serem votadas, o que levou 90% das mulheres do país a votarem nas eleições nacionais de dezembro daquele ano. De acordo com os dados do período, divulgados pelo site oficial de notícias da China<sup>7</sup>, 17% dos representantes eleitos eram mulheres. É inevitável observar que, mesmo o direito à participação política sendo estabelecido por lei, na prática o número de mulheres que realmente ocupavam cargos políticos no país era bem menor do que o número de homens.

Enquanto a participação das mulheres na arena política do país avançava lentamente, no mercado de trabalho a situação avançava com certa rapidez. Na década de 1950 a participação das mulheres no mercado de trabalho atingiu seu auge, diminuindo a fissura das diferenças entre homens e mulheres nesse contexto e promovendo maior independência financeira para as mulheres, passo importante para a mudança no status social da mulher na China.

O governo comunista, além de encorajar as mulheres a ocupar profissões normalmente ocupadas por homens, também garantia a igualdade em termos de

---

<sup>7</sup> Ver em: [http://news.xinhuanet.com/zhengfu/2002-11/15/content\\_630927.htm](http://news.xinhuanet.com/zhengfu/2002-11/15/content_630927.htm).

pagamento e fornecia proteção aos direitos das mulheres através da implementação de licenças de maternidade e regulações para o meio trabalhista.

Apesar de todas essas evoluções no papel social da mulher na China, muitos estudiosos acerca do movimento pelos direitos das mulheres na China chamam atenção para a ausência das mulheres nos espaços de criação e decisão dessas leis e normas que impactaram na vida das mulheres. É interessante essa observação pois nota-se que a situação não se altera muito daquela observada no período republicano, em que os homens tinham suas propostas acerca da mudança no status social da mulher melhor recebidas do que as propostas advindas das próprias mulheres. Isso se dá historicamente em praticamente todas sociedades patriarcais na história mundial, não só na sociedade chinesa, onde os interesses dos homens ditam a construção das regras sociais e, assim como as Relações Internacionais foram construídas por homens e para homens, podemos afirmar que o início do movimento feminista na China e suas leis para mulheres foram construídas por homens para atender e satisfazer suas próprias necessidades.

Outra coisa interessante a se observar é que, assim como no movimento pela libertação nacional levado adiante pelos republicanos em 1912, o movimento de direitos das mulheres foi incorporado ao plano de libertação nacional dos revolucionários comunistas e os direitos conquistados serviam aos interesses da nação. Nesse sentido, é possível afirmar que tanto os republicanos quanto os comunistas fizeram uso da pauta da libertação das mulheres e sua luta por direitos para alavancar seus próprios movimentos, e o fato dos ideais do movimento comunista se aproximarem mais dos ideais defendidos pelas feministas mulheres da era republicana pode talvez explicar o número significativo de mulheres que aderiram e se alegraram com a revolução.

Após os acontecimentos da desastrosa Revolução Cultural<sup>8</sup> e com a morte do líder da revolução comunista, Mao Tse-Tung, a China passa por profundas transformações em suas bases políticas. Em 1978, Deng XiaoPing, o novo líder do PCC e conseqüentemente o novo líder do país, determina que a maior prioridade do

---

<sup>8</sup> A Revolução Cultural foi um movimento sociopolítico compreendido entre 1966 e 1976 liderado por Mao Tsé-Tung, com o objetivo de reafirmar seu poder como líder do PCC e do país e restaurar sua imagem, muito abalada devido ao fracasso das medidas econômicas implementadas por ele durante a década de 50. O movimento se destacou pela participação radical da juventude, que gerou caos no país devido a prática de atos violentos e perseguição àqueles que consideravam traidores da pátria.

país deve ser o crescimento econômico, mas ainda dentro das bases marxistas, e promove assim um processo de abertura econômica e política da China e a transição para um sistema que chamamos de “socialismo de mercado”.

Nesse novo sistema promovido por Deng XiaoPing, as forças do mercado começaram a desempenhar um papel maior na distribuição de recursos e de trabalho, atraindo mais uma vez as mulheres a ingressar em massa no mercado de trabalho em um primeiro momento, mas logo os problemas das reformas econômicas começaram a aparecer e o desemprego foi o primeiro deles.

A reforma econômica do país levou a privatização de diversas empresas estatais, gerando uma grande onda de desemprego que atingiu principalmente as mulheres. De acordo com os dados apresentados por Keith (1997 apud SHEN YIFEI, 2016 pg. 13), nas áreas urbanas 70% dos trabalhadores demitidos eram mulheres. A onda de desemprego atingiu principalmente as mulheres com menor nível de educação (não mais que o ensino médio), mulheres de meia idade ou mais velhas.

Observando as taxas de emprego dos anos de 1990 e 2010, fornecidos pelo próprio Escritório Nacional de Estatísticas da República Popular da China, verificamos que a taxa de emprego para trabalhadores do sexo masculino caiu de 90,1% para 83,7%, enquanto a taxa de emprego para trabalhadoras do sexo feminino cai de 81,6% para 69,9%. Logo, podemos afirmar que as mulheres sentiram muito mais o peso da onda de desemprego que os homens.

Outra dificuldade muito destacada pelos estudiosos do tema se trata da desigualdade enfrentada pelas mulheres a respeito dos seguros sociais fornecidos pelo governo, como a discrepância entre o número de mulheres e homens que recebem o seguro de aposentadoria, por exemplo. É curioso observar como, paralelamente a existência desse problema do recebimento de seguros sociais, o governo promoveu e continua promovendo a revisão e criação de diversas leis que amparam a mulher no mercado de trabalho, como é o caso da licença maternidade que foi de 56 dias para 90 dias até o final de 1988.

Se o leitor passou com atenção por esse capítulo percebeu que esses paralelos entre os problemas enfrentados pelas mulheres concomitante às tentativas de apaziguar alguns desses problemas ocorreram com frequência na história da luta pelos direitos das mulheres na China. Na verdade, essa é uma realidade que pode ser observada em praticamente toda a história do feminismo em qualquer parte do

mundo, que demonstra como a dimensão do problema muitas vezes ofusca as tentativas de solução propostas. Também é possível perceber como a natureza dos problemas vão mudando com o passar do tempo, mas que a luta não cessa quando um desses problemas é resolvido.

Além de todas as dificuldades citadas anteriormente e enfrentadas pelas mulheres na China, todas elas convergem para intensificar o que parece ser o maior obstáculo enfrentado pelas mulheres no cenário chinês pós abertura econômica: a discriminação laboral. Salientamos anteriormente que a proporção de mulheres empregadas na década de 1950 atingiu número tão significativo que a diferença entre as taxas de homens e mulheres empregados era ínfima, e mesmo com a onda de desempregos da década de 1980 os números ainda pareciam animadores, contudo esses números não mostram a realidade das mulheres no mercado de trabalho. Tais estatísticas parecem dizer que há igualdade de gênero no mercado de trabalho chinês, mas na realidade escondem o quanto mulheres ainda estão largamente concentradas em empregos com baixa compensação e mão de obra intensiva. Inclusive a pesquisadora Jin YiHong (2006) faz essa mesma observação em seu artigo que analisa a propaganda das Iron Girls durante a Revolução Cultural.

Podemos usar para exemplificar a situação acima o Terceiro Relatório sobre o Status Social das Mulheres Chinesas publicado pelo All China Women's Federation (ACWF)<sup>9</sup> e o Escritório Nacional de Estatísticas da China em 2010 e posteriormente divulgado pelo jornal China Daily em outubro de 2011. O relatório é extenso e promove diversas pesquisas com a sociedade chinesa, dentre as quais revelam que:

- Homens representavam cargos de liderança nas instituições públicas e privadas duas vezes mais que as mulheres;
- 81,4% das profissionais do sexo feminino de alto nível possuíam graduação e pós-graduação, um número 7% maior do que as estatísticas dos homens;
- Quase 31% dos homens recebiam promoções mais rápido que as mulheres, mesmo ambos possuindo as mesmas qualificações;

---

<sup>9</sup> A ACWF é uma das ONGs mais antigas e legalizadas sobre a defesa dos direitos das mulheres na China, contudo questiona-se sua identificação como organização não-governamental devido a sua intrínseca ligação com o Partido Comunista Chinês.

- As mulheres trabalhavam em média 37 minutos a mais que os homens e descansavam cerca de uma hora a menos que eles no fim de semana;
- Em termos de salário, a pesquisa mostrou que a renda anual das mulheres que trabalhavam nas áreas urbanas representava apenas 67% do montante recebido pelos homens, enquanto que no campo essa proporção cai para 56%.

Observando os dados acima podemos concluir que, embora estivessem presente no mercado de trabalho em proporções elevadas, afirmar que havia igualdade de gênero no mercado de trabalho chinês era um equívoco, pois na realidade a mulher precisava suportar o peso de trabalhar mais e ganhar menos que os homens.

A discriminação contra a mulher no mercado de trabalho ainda trouxe de volta as antigas discussões sobre o lugar da mulher no espaço público. Com o desemprego acentuado e o excesso de força de trabalho disponível, havia aqueles que defendiam que a mulher deveria retornar para o cuidado com o lar, como mostra Wen Xianliang:

Em 1980, durante o Workshop realizado em Shanghai sobre Teorias Trabalhistas das Mulheres, alguns participantes argumentaram que “em um país com excesso de força de trabalho e altas taxas de desemprego, não é viável que todas as mulheres trabalhem. Ambos os pais trabalhando significa que as crianças serão privadas de boa educação familiar”. Em outras palavras, as mulheres deveriam retornar para o cuidado com o lar (WEN XIANLIANG, 1995 apud SHEN YIFEI, 2016, p. 14 - tradução nossa).

Além disso, o próprio relatório sobre o status da mulher chinesa de 2010 citado anteriormente traz informações acerca dessa mentalidade através de duas pesquisas, realizadas com homens e mulheres, que investigavam se homens deveriam ficar no mercado de trabalho e mulheres em casa e se é trabalho do homem prover o sustento da família. Os resultados dessa pesquisa estão demonstrados no Quadro 1 e Quadro 2 abaixo.

**Quadro 1: Acreditam que os homens têm que estar no mercado de trabalho e a mulher cuidando do lar, por grupo de idade (%)**

Idade	Homens	Mulheres
Até 29 anos	57,4	43,2
De 30 até 39 anos	59,4	48,5
De 40 até 49 anos	61,7	58,5
De 50 até 59 anos	63,0	61,6
Acima de 60 anos	64,7	66,8

Fonte: Terceiro Relatório sobre o Status Social das Mulheres Chinesas - ACWF e Escritório Nacional de Estatísticas da China, 2010.

**Quadro 2: Acreditam que é trabalho do homem prover o sustento da família, por grupo de idade (%)**

Idade	Homens	Mulheres
Até 29 anos	55,6	45,1
De 30 até 39 anos	58,9	48,8
De 40 até 49 anos	61,3	55,0
De 50 até 59 anos	60,1	56,4
Acima de 60 anos	60,1	63,4

Fonte: Terceiro Relatório sobre o Status Social das Mulheres Chinesas - ACWF e Escritório Nacional de Estatísticas da China, 2010.

Como podemos observar, um elevado contingente de mulheres e homens, principalmente os mais velhos, acreditava que o lugar do homem era trabalhando para sustentar a família, enquanto a mulher deveria ficar cuidando da casa. Isso mostra como aquela mentalidade tradicional de antes do século XX continuava enraizada na China.

Ademais, verificamos uma constante ligação entre a mudança na condição social da mulher e os interesses do Estado Chinês. De acordo com Joan Scott (1989, p. 24) "a mudança nas relações de gênero pode partir de considerações sobre a necessidade do estado" e é exatamente isso que observamos nesta análise sobre a trajetória da mulher no espaço público chinês, com seu status sendo constantemente moldado de acordo com os interesses nacionais, nesse caso, interessado em reduzir o desemprego. Podemos perceber então como a

discriminação no mercado de trabalho é um dos maiores desafios para as mulheres na China pós abertura econômica.

Além de representar um retrocesso na luta das mulheres por igualdade de gênero, esse debate a respeito do retorno da mulher ao cuidado com o lar ainda intensifica a pressão na mulher pelo equilíbrio entre a sua vida pública e privada. Como vimos anteriormente, a teoria marxista defendia que a igualdade de gênero só seria possível quando as tarefas domésticas tomassem pouco tempo da vida da mulher, e baseado nessas ideias o governo comunista de Mao Tsé-Tung passou a prover suporte familiar para que a mulher pudesse participar ativamente da construção do país. Entretanto, isso não significou que as mulheres deixaram de performar seu papel de cuidado com o lar, apenas que essa pressão sobre a vida privada da mulher foi suavizada.

Independente do período aqui estudado, o papel dos homens enquanto o provedor da família continuou quase intacto, e isso tradicionalmente deu aos homens mais tempo para desenvolver suas carreiras e habilidades sociais, enquanto o papel tradicional da mulher como cuidadora do lar reduz o tempo para que ela possa investir em sua carreira, ou seja, a atribuição social do cuidado ao feminino verifica-se como elemento que estabelece desvantagens às mulheres em relação aos homens na atuação econômica e social (SOUSA;GUEDES, 2016, p.125).

Sendo assim, quando a abertura econômica de 1978 abre espaço para os antigos debates acerca do status social da mulher, os velhos valores se chocam com os novos valores, que exercem pressão sobre homens e mulheres para que sejam bem-sucedidos em suas carreiras, e dessa forma as mulheres são empurradas para tentar balancear suas vidas públicas e privadas ou a abandonar um dos dois e lidar com o peso do julgamento e da frustração.

Na década de 1990, a China projetou importantes diretrizes sobre as mulheres e o desenvolvimento, como o Programa para o Desenvolvimento das Mulheres Chinesas lançado em julho de 1995, e ainda protagonizou uma das mais importantes conferências internacionais sobre mulheres, que foi a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, também realizada em 1995, em Beijing. Neste grande encontro internacional, a China declarou estar comprometida com o desenvolvimento e o progresso de todas as mulheres, fazendo da igualdade de gênero uma política nacional básica para alcançar o progresso social. Tais

declarações causaram uma impressão positiva na comunidade internacional e ganharam apoio de todos os países participantes.

A conferência de 1995 deu origem a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, um programa destinado a promover o empoderamento da mulher e “a eliminação de todos os obstáculos que dificultam a participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada” (ONU MULHERES, 1995, p. 166). O documento destaca doze pontos que merecem mais atenção dos governos e apela para que, tanto esses governos, quanto a sociedade civil, as organizações não-governamentais e o setor privado adotem medidas estratégicas para combater a desigualdade e promover desenvolvimento e paz para todas as mulheres.

A partir desse debate, e reforçados por outras reuniões internacionais em que a China se fez presente, o país passou a prestar mais atenção e ser mais ativo em relação à pauta dos direitos das mulheres, demonstrando isso através da revisão de leis de amparo à mulher e à renovação do Programa Nacional da China para o Desenvolvimento das Mulheres. É interessante observar também que as propostas da plataforma de ação de Pequim se alinham com os objetivos da nova política externa da China que, embora tenha passado por transformações ao longo da década de 1990 e no século XXI, é principalmente caracterizada pela promoção do desenvolvimento e seu comprometimento com a paz.

Uma parte da sociedade chinesa não acredita que a pauta dos direitos das mulheres tenha se tornado *mainstream* na China. Neste trabalho, não entraremos no mérito de discutir se a pauta realmente se tornou uma das mais importantes para o governo chinês ou não, mas observamos que o governo sim passou a se preocupar um pouco mais com essa pauta e tratá-la com mais seriedade, principalmente porque estar inserido no debate acerca dos direitos das mulheres significa estar atualizado e comprometido diante da comunidade internacional, e causar uma boa impressão para essa comunidade é, sem dúvidas, interessante para a China.

Em todo o caso, durante essa investigação sobre as origens da submissão da mulher na China e a trajetória do movimento pelos direitos das mulheres no país, podemos verificar como o feminismo chinês está intrinsecamente ligado aos interesses nacionais, tanto internos quanto externos. Nesse sentido, verificar o status da mulher dentro desses interesses é crucial, tanto para verificar se existe ou

não evolução na pauta dos direitos das mulheres, quanto para observar como o país utiliza essa pauta para alcançar seus objetivos políticos.

#### 4.2 Mulheres na Diplomacia Chinesa

Desde a fundação da República Popular da China em outubro de 1949, a atuação das mulheres na tomada de decisões políticas do país tem crescido gradativamente, principalmente na arena política internacional. Quando o próprio Ministério das Relações Exteriores da China foi fundado, algumas mulheres foram transferidas de seus empregos antigos para atuarem na instituição (Li YingTao, 2007, p. 168).

A primeira mulher identificada em uma posição relevante nas relações externas do país foi Gong Peng (龚澎), que representou o país na Conferência de Genebra de 1954 e foi a primeira mulher na história da China comunista a chefiar um departamento do Ministério das Relações Exteriores.

Com exceção de Gong Peng (龚澎), não foram encontrados muitos relatos ou registros de mulheres em posições relevantes no Ministério das Relações Exteriores da China até meados da década de 1970. Isso acontece porque grande parte das mulheres não atuavam efetivamente como diplomatas, mas *diplowives*, e essas mulheres tiveram uma trajetória de muita luta dentro da instituição para serem reconhecidas, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

Nos anos iniciais da República Popular da China, se era estabelecido que a esposa de um diplomata deveria ser tratada como diplomata, contudo inspirados pela burocracia soviética, o governo chinês passou a determinar que as mulheres que fossem esposas de diplomatas a serviço no exterior deveriam acompanhá-los unicamente sob a função de esposa, pois a embaixadas não lhes atribuiria tarefas concretas. Muitas dessas esposas de diplomatas serviram ao exército da libertação durante a Guerra Civil e possuíam carreiras anteriores, como por exemplo, médicas e professoras, logo elas encontraram dificuldades para aceitar o fato de seriam transformadas em simples donas de casa quando seus maridos fossem colocados a serviço no exterior.

Após muita luta dessas esposas, inclusive de Deng YingChao (邓颖超), a esposa do primeiro-ministro da China e ministro das Relações Exteriores Zhou Enlai, finalmente as mulheres podiam ter trabalhos enquanto acompanhavam seus

maridos a serviço em embaixadas, mas suas nomeações eram internas, de modo que quando atendiam funções diplomáticas, ainda eram consideradas apenas esposas.

Na década de 1970, os países ocidentais começaram a nomear diplomatas mulheres, ora solteiras ora casadas e, às vezes, até acompanhada de seus maridos para embaixadas na China. Isso ganhou atenção de muitos diplomatas e lideranças do ministério que, inspirados por essa atitude dos países ocidentais e, principalmente, pelo talento diplomático e contribuição substancial para as relações exteriores da China demonstrado pelas mulheres durante seus apontamentos internos, o governo gradativamente passou a transformar diplomatas internas em diplomatas externas, chegando assim em 1979, quando Ding XueSong (丁雪松) se torna a primeira mulher embaixadora chinesa em países estrangeiros, assumindo a embaixada dos Países Baixos. Inclusive, a história por trás da indicação de XueSong para o cargo é um tanto interessante e merece ser citada neste tópico.

De acordo com relatos tirados da matéria realizada pelo site jornalístico news.sina.cn sobre as mulheres diplomatas na China, em 1977 o embaixador veterano Qing Jialin (秦加林) servia na Dinamarca, onde descobriu que haviam muitas mulheres embaixadoras. Neste mesmo ano, XueSong, na época vice-presidente da Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros, liderou uma delegação para visitar a Dinamarca. Em tom de brincadeira, Qing Jialin sugeriu que assim como as embaixadoras da Dinamarca, ela também poderia se tornar uma. Após esta situação, Jialin escreveu uma carta aos líderes do MRECh recomendando formalmente a indicação de embaixadoras do sexo feminino. Dois anos depois, XueSong é indicada para o cargo.

A história relatada acima demonstra como a atitude de países ocidentais, no sentido de indicar mulheres para cargos do alto escalão de sua política internacional, influenciou a China a abrir espaço para a ascensão de mulheres à carreira diplomática.

Desde a nomeação de Ding XueSong à embaixada dos Países Baixos, progressivamente mais mulheres têm sido indicadas ao cargo de embaixadoras. De acordo com as estatísticas divulgadas por Li YingTao (2007, p. 168), 10 mulheres foram indicadas a embaixadoras em 1980, 21 em 1990 e 23 entre 2000 e 2006.

Apesar dos esforços, o número de mulheres embaixadoras da China ainda é muito baixo.

Além de todos os desafios enfrentados pelas mulheres que foram descritos anteriormente, a presença quase invisível das mulheres no Ministério das Relações Exteriores da China até o final do século XX também se dá por conta de uma limitação prevista nas regras do exame admissional da carreira diplomática. Até 1996, essa regra estabelecia que as mulheres poderiam representar apenas 10% dos candidatos aprovados na prova admissional, o que fazia com que o número de mulheres que ingressavam e, conseqüentemente, atingiam os cargos altos da hierarquia da carreira diplomática fosse inferior ao número de homens.

Após a revisão e derrubada da regra que limitava o ingresso das mulheres na carreira diplomática em 1997, o desenvolvimento de mulheres na política externa chinesa evoluiu bastante. Além dos dados de Li citados anteriormente, a embaixadora Fu Ying, no ano de 2008, em reunião oficial com outras diplomatas no escritório britânico de relações exteriores, afirmou que desde 1996 até o momento da reunião, a proporção de mulheres admitidas no exame para a carreira diplomática superou várias vezes os 50% (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO REINO UNIDO DA GRÃ BRETANHA E IRLANDA DO NORTE, 2008). Além do aumento no número de mulheres admitidas, Fu Ying também destacou que naquele mesmo ano as mulheres diplomatas eram 1600, representando quase 1/3 do número total de diplomatas do ministério, mas apenas 5,6% do número total de embaixadores e 13,75% do total de chefes de missões.

A Emirates Diplomatic Academy, desenvolveu uma pesquisa em 2018 que reunia em quadros a estatística de mulheres embaixadoras dos países do G20 daquele ano. A China ocupou o 16º lugar nesse ranking dos países, com apenas 6,7% de representação feminina em embaixadas daquele ano, uma porcentagem maior mas numericamente pior do que a de 2008, já que em 2008 havia 45 mulheres embaixadoras no MRECh enquanto em 2018 só havia 12. Todos esses dados e informações nos mostram como, apesar de existir desenvolvimento, mesmo que tímido, as mulheres ainda ocupam um espaço muito pequeno na instituição formuladora da política externa da China.

## 5. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A partir dos dados coletados no site do Ministério das Relações Exteriores da China em análise foi possível tornar visíveis vários aspectos importantes sobre a presença das mulheres na instituição, mas antes de apresentarmos os dados coletados e nossas reflexões sobre eles, é necessário primeiramente que apresentemos para o leitor o processo de progressão da carreira diplomática no Ministério das Relações Exteriores da China. A Figura 1 abaixo demonstra, a grosso modo, como funciona a progressão na carreira.

Figura 1: Níveis hierárquicos da carreira diplomática na China.



Fonte: Autores, 2023.

Como se pode ver, existem sete níveis hierárquicos de postos diplomáticos do MRECh, sendo eles, em ordem crescente: Staff<sup>10</sup>, Terceiro Secretário, Segundo secretário, Primeiro secretário, Conselheiro, Ministro e Embaixador. Esses níveis dos postos diplomáticos são usados como parâmetro para dividir as funções diplomáticas e consulares da instituição.

Os cargos diplomáticos, em ordem decrescente, são divididos em: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Representante, Representante Adjunto, Ministro, Ministro Conselheiro, Conselheiro, Primeiro Secretário, Segundo

---

<sup>10</sup> Tradução de Attache

Secretário, Terceiro Secretário e Staff. Enquanto isso, os cargos consulares, em ordem decrescente, são divididos em: Cônsul-Geral, Cônsul-Geral Adjunto, Cônsul, Vice-Cônsul e Staff Consular.

De acordo com o artigo 13 da Lei da República Popular da China sobre Pessoal Diplomático Estacionado no Exterior, a correspondência básica entre postos diplomáticos e níveis diplomáticos é a seguinte:

- Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário: grau de Embaixador;
- Representantes e Representantes Adjuntos: categorias de Embaixador, Ministro e Conselheiro;
- Ministro e ministro-conselheiro: posto de Ministro
- Conselheiro: grau de Conselheiro;
- Secretário de primeira classe: o título de secretário de Primeira classe;
- Secretário de segunda classe: o título de secretário de Segunda classe;
- Secretário de terceira classe: o título de secretário de Terceira classe;

Ainda existem os requisitos básicos que se aplicam para os postos consulares, mas como não vamos tratar deles neste trabalho, não citaremos os requisitos necessários<sup>11</sup>.

De acordo com os requisitos anteriores, o nível de Embaixador permite aos diplomatas do topo da hierarquia de se tornarem Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Representante ou Representante Adjunto, sendo que o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário é o chefe da embaixada e os representantes são chefes da instituição representativa permanente das Nações Unidas e outras organizações internacionais intergovernamentais.

O nível de Embaixador é o nível mais importante da hierarquia diplomática do Ministério das Relações Exteriores da China, tanto que até suas nomeações são feitas de maneira especial. Primeiramente, enquanto todos os outros cargos da hierarquia são determinados pelo MRECh, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário é determinado Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional (órgão legislativo chinês), juntamente com os Representantes e os

---

<sup>11</sup> Para saber mais, ver em:

[https://www.fmprc.gov.cn/web/wjtb\\_673085/gbclc\\_603848/zcfg\\_660729/201103/t20110323\\_9277486.shtml#:~:text=%E7%AC%AC%E5%8D%81%E4%BA%8C%E6%9D%A1%20%E9%A9%BB,%E5%92%8C%E5%A4%96%E4%BA%A4%E5%B7%A5%E4%BD%9C%E9%9C%80%E8%A6%81%E7%A1%AE%E5%AE%9A%E3%80%82](https://www.fmprc.gov.cn/web/wjtb_673085/gbclc_603848/zcfg_660729/201103/t20110323_9277486.shtml#:~:text=%E7%AC%AC%E5%8D%81%E4%BA%8C%E6%9D%A1%20%E9%A9%BB,%E5%92%8C%E5%A4%96%E4%BA%A4%E5%B7%A5%E4%BD%9C%E9%9C%80%E8%A6%81%E7%A1%AE%E5%AE%9A%E3%80%82)

Representantes Adjuntos, com a diferença que esses dois últimos também podem ser indicados pelo Conselho de Estado. Além de serem indicados por órgãos governamentais, os postos de embaixador ainda precisam ser conferidos mediante a aprovação do Primeiro Ministro da China, e é o Presidente da República Popular da China que determina o envio ao exterior e retorno dos chefes de embaixada, sempre de acordo com as decisões da Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional.

A partir de todas as informações destacadas acima, podemos perceber que o cargo de embaixador é um dos cargos mais importantes da elite diplomática da instituição promotora da política externa da China, e investigar a presença das mulheres nesse ponto da carreira é buscar entender até que ponto as diplomatas chinesas conseguem romper com os estereótipos e divisões previsíveis de trabalho da que constantemente delegam as mulheres a funções de suporte na carreira diplomática.

Partindo para a análise de dados em si, a primeira observação que a coleta nos permitiu visualizar foi que apenas  $\frac{1}{3}$  das embaixadas analisadas (55 países de 162) já tiveram alguma mulher no comando, enquanto  $\frac{2}{3}$  (107 de 162) dessas embaixadas só foram ocupadas por homens durante o período investigado. Esta primeira observação já nos dá um pouco de noção do que vamos encontrar à medida que avançamos na investigação.

A seguir temos um mapa (Figura 2) de todos os países que já tiveram mulheres no comando de suas embaixadas em algum momento entre 1997 e 2017. São eles: Albânia, Antígua e Barbuda, Austrália, Barbados, Bielorrússia, Bélgica, Benin, Bósnia e Herzegovina, Brunei, Camboja, Chile, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, República Checa, Djibouti, Equador, Estônia, Finlândia, Gabão, Gana, Granada, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Laos, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Madagascar, Maldivas, Mali, Marrocos, Ilhas Maurícias, Micronésia, Namíbia, Nepal, Noruega, Países Baixos, Peru, Filipinas, Qatar, Reino Unido, Romênia, Samoa, Seychelles, Singapura, Síria, Suíça, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Tunísia e Uruguai.

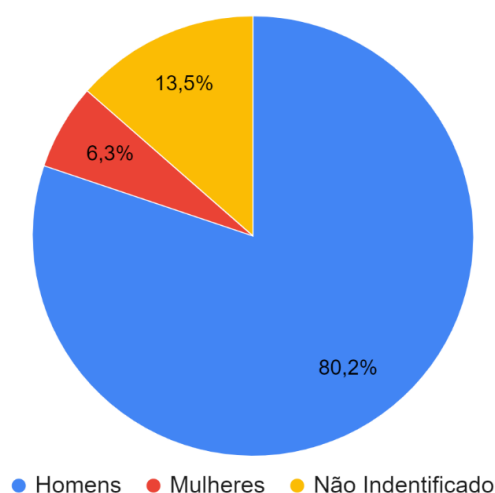


Esse gráfico corrobora com a nossa observação anterior de que grande maioria das mulheres embaixadoras da China já comandaram embaixadas principalmente na Europa, África e Ásia. As américas ocupam um espaço pequeno na divisão regional das mulheres embaixadoras, porém podemos observar que o continente americano teve maior presença de mulheres embaixadores do que a Oceania no período de 1997 a 2017, o que é no mínimo interessante, visto que a Oceania é geograficamente e, em certo ponto, até culturalmente mais próxima da China que a América.

Seguindo com a observação dos dados, com uma média de 7 mandatos por país, finalizamos o exame dos 162 países investigando cerca de 1145 mandatos de embaixadores, onde verificamos que 918 foram ocupados por homens e apenas 72 por mulheres. Isso significa que dentro das mais de 1000 oportunidades para comandar uma embaixada ao longo de 21 anos, mulheres ocuparam apenas 6,2% dessas oportunidades e esse é um quantitativo extremamente baixo para um grupo que representa quase 50% da população da China.

É necessário ainda destacarmos sobre um problema enfrentado durante a coleta de dados e que impacta em nosso resultado final. Infelizmente, apesar de todos os esforços, não foi possível identificar o sexo de uma parte dos embaixadores, principalmente do período de 1997 a 2007. Dentre os mandatos analisados, 155 não foram identificados, cerca de 13% do número total. A proporção de mandatos divididos entre Homens, Mulheres e Não Identificados está explícita no Gráfico 2 abaixo.

**Gráfico 2: Proporção dos mandatos de embaixadores.**



Fonte: Autores, 2023

No Quadro 3, abaixo, podemos ver a proporção de embaixadores homens, mulheres e os não-identificados divididos por ano e em porcentagem. Vale observar ainda que existe uma quarta coluna do quadro intitulada “Sem informação ou sem embaixada”, e essa seção diz respeito a períodos em que as listas das embaixadas simplesmente não informam o embaixador daquele período, ou sequer explicam o que houve para que aquela embaixada não tivesse informação no período. Essa observação não foi tão recorrente, visto que a maioria das listas contêm pelo menos uma nota de explicação sobre a ausência de informações entre certos períodos, mas achamos relevante destacar a existência dessa falta de informações e a proporção que elas tomam na pesquisa.

**Quadro 3: Proporção dos mandatos de embaixadores por ano (1997-2007)**

Ano de Análise	Mulheres (em %)	Homens (em %)	Embaixadores não identificados (em %)	Sem informação ou sem embaixada (em %)
1997	4,93%	46,91%	43,20%	4,94%
1998	4,32%	49,38%	40,74%	5,56%
1999	4,32%	54,32%	37,03%	4,32%
2000	4,93%	54,93%	35,80%	4,32%
2001	4,93%	61,11%	29,62%	4,32%
2002	6,17%	64,81%	24,69%	4,32%
2003	4,93%	69,13%	22,83%	3,09%
2004	4,93%	75,92%	16,04%	3,09%
2005	6,79%	77,16%	14,81%	1,23%
2006	8,64%	80,24%	9,87%	1,23%
2007	12,34%	81,48%	5,55%	0,62%

Fonte: Autores, 2023

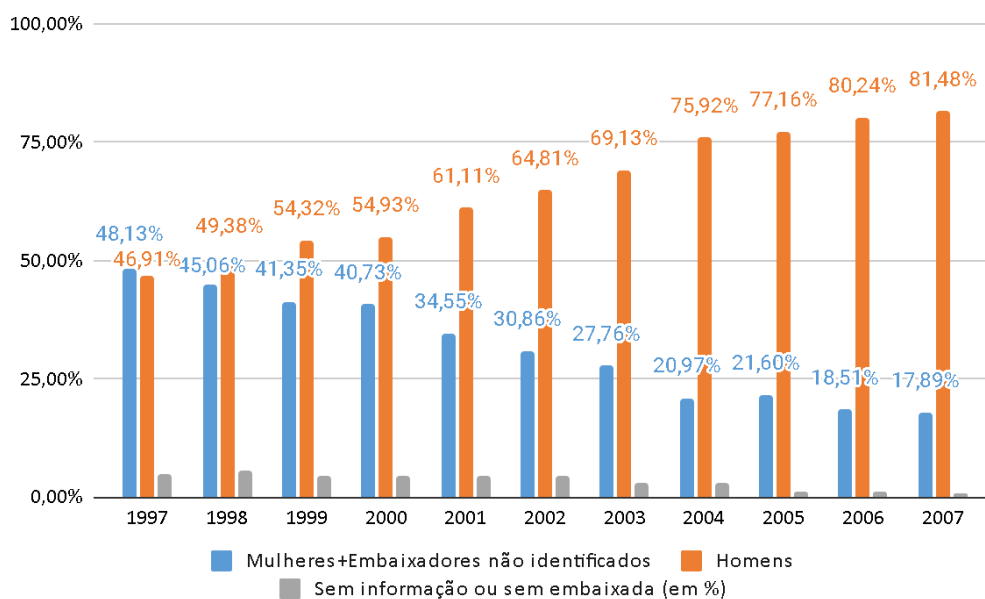
Como podemos observar, os embaixadores que não foram identificados têm uma proporção significativa no total de embaixadores analisados por ano. Os anos em que essa porcentagem mais impacta na comparação são os anos do período compreendido de 1997 a 2002. Podemos atribuir a dificuldade em identificar esses embaixadores nos anos iniciais da pesquisa não só pela escassez de informações

fornechas por fontes confiáveis e pelo próprio Ministério das Relações Exteriores da China, mas também devido a evolução do uso e da velocidade da internet para armazenamento de informações oficiais, visto que a internet era muito mais lenta na década de 1990 e início dos anos 2000, logo o armazenamento de informações, principalmente fotografias, era um processo muito mais demorado e trabalhoso e com o passar do tempo a velocidade foi sendo melhorada, assim como foi se desenvolvendo a popularização da internet como fonte informação.

De qualquer forma, a falta dessas informações impacta em nosso resultado final, mas para tentar de alguma forma amenizar a falta desses dados desenvolvemos aqui uma situação hipotética.

Imaginemos que o número de embaixadores não identificados tenha sido mulheres, sendo assim a porcentagem de homens e mulheres ficaria conforme o Gráfico 3 abaixo.

**Gráfico 3: Proporção dos embaixadores no período de 1997-2007 caso os embaixadores não-identificados fossem mulheres.**



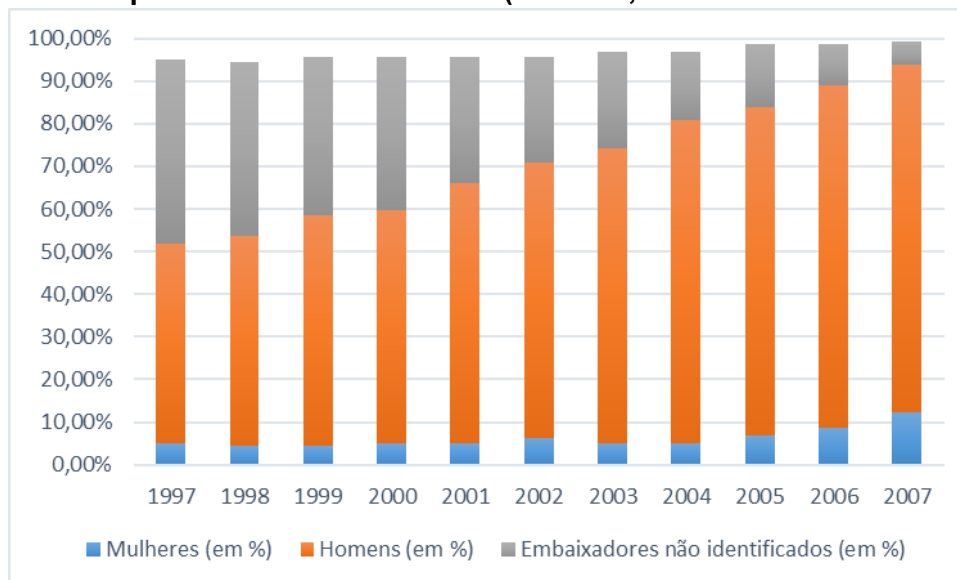
Fonte: Autores, 2023

Como é possível observar, em 1997 a porcentagem de mulheres embaixadoras seria 48,13% para 46,91% de homens, considerando também a porcentagem de embaixadas sem informação ou um período sem embaixada. Nesse cenário hipotético, no ano de 1997 especificamente, o número de mulheres embaixadoras seria maior do que o dos homens. Entretanto, a partir de 1998 os homens voltam a ser a maioria no topo da carreira.

Essa situação hipotética nos mostra que, à medida que a quantidade de embaixadores não identificados diminui, a proporção de mulheres não sofre tanta alteração, ao passo que a proporção de homens aumenta significativamente. Em algumas situações, a proporção de mulheres chega até cair quando embaixadores são identificados, logo isso nos mostra como, ao mesmo tempo em que esses embaixadores não identificados impactam nos números da nossa pesquisa, não é um impacto favorável a hipótese desta pesquisa.

Os dados apresentados pela embaixadora FuYing (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO REINO UNIDO DA GRÃ BRETANHA E IRLANDA DO NORTE, 2008) durante uma reunião oficial com outras diplomatas no Reino Unido também corroboram com essa afirmação. De acordo com a embaixadora, dos 800 embaixadores que serviram desde a fundação da República Popular da China em 1949, apenas 45 eram mulheres, um valor que representa menos de 6% do total de embaixadores. Sendo assim, vemos que os números que podem ser gerados pela identificação dos embaixadores não serão favoráveis à proporção de mulheres, e podemos constatar essa informação observando o gráfico comparativo abaixo (Gráfico 4) de embaixadores no período de 1997 a 2007.

**Gráfico 4: Comparativo de Embaixadores (Homens, Mulheres e Não-Identificados)**



Fonte: Autores, 2023

No Quadro 4 abaixo podemos ver os dados da porcentagem de embaixadores na China no período de 2008 a 2017. Neste quadro não temos a coluna de embaixadores não identificados e nem a coluna de “sem informação ou sem embaixada”, pois a partir de 2008 não houve a ocorrência de nenhum desses

dois fenômenos. Optamos por dividir os dados inicialmente em dois quadros justamente por conta da ocorrência desses fenômenos, no primeiro período esses fenômenos são mais recorrentes enquanto no segundo período eles já não ocorrem.

**Quadro 4: Proporção dos mandatos de embaixadores por ano (2008-2017)**

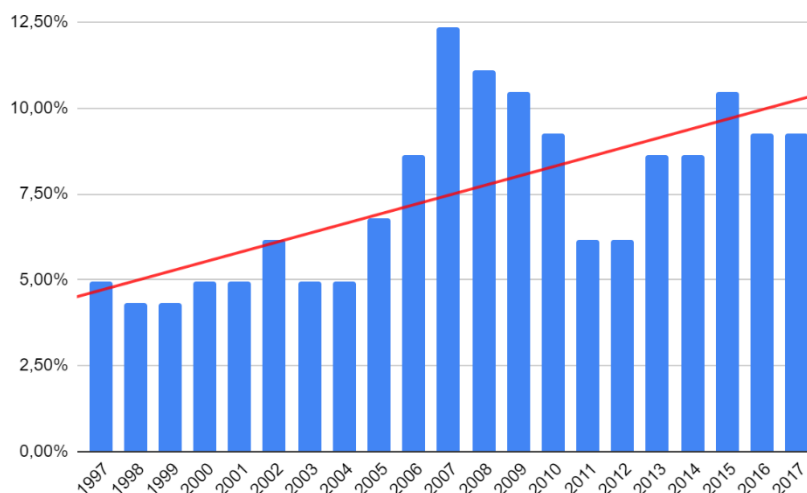
Ano de Análise	Mulheres (em %)	Homens (em %)
2008	11,11%	88,89%
2009	10,49%	89,50%
2010	9,26%	90,75%
2011	6,17%	93,83%
2012	6,17%	93,83%
2013	8,64%	91,35%
2014	8,64%	91,35%
2015	10,49%	89,50%
2016	9,26%	90,74%
2017	9,26%	90,74%

Fonte: Autores, 2023.

É possível constatar com esse quadro que no período de 2008 a 2011 tivemos uma queda significativa na porcentagem de mulheres embaixadoras da China, estabilizando em 2012 e voltando a subir em 2013. Contudo, a tendência de crescimento cessa rapidamente em 2015 e retorna a cair em 2016, se mantendo em 2017.

Juntando as informações do Quadro 3 e do Quadro 4, apresentados anteriormente, em proporção temos o seguinte gráfico evolutivo da presença das mulheres como embaixadoras da China.

**Gráfico 5: Gráfico evolutivo da presença das mulheres como embaixadoras na China no período de 1997-2017**



Fonte: Autores, 2023.

A partir desse gráfico podemos verificar uma linha de crescimento interessante. Primeiramente constatamos que até 2004 as mulheres representavam menos de 6% do número total de embaixadores, com exceção do ano de 2002 que a porcentagem alcança a linha dos 6%. De 2005 a 2007, temos uma tendência de crescimento da participação das mulheres como embaixadoras no MRECh, que chega a alcançar mais de 12%, contudo essa porcentagem começa a cair em 2008 até alcançar em 2011 o mesmo patamar que em 2002. Nos anos seguintes a 2011, a porcentagem vai subir e lutar para se manter acima do patamar de 8%.

Se considerarmos exclusivamente a porcentagem de 1997 (4,93%) e a de 2017 (9,26%) podemos concluir que a presença das mulheres no Ministério das Relações Exteriores da China praticamente dobrou, contudo, seria esse quantitativo suficiente para afirmar que a China está comprometida com a promoção de mulheres ao topo da carreira diplomática?

Por um lado, podemos usar nossa justificativa anterior de que esta proporção de mulheres no auge da carreira diplomática é muito ínfima para representar um grupo que equivale a quase a metade da população chinesa, entretanto, é preciso considerar um fator chave nessa questão: o tempo de ascensão na carreira.

Infelizmente, não conseguimos encontrar dados que revelem exatamente o tempo necessário ou o tempo mínimo para se alcançar o topo da hierarquia diplomática no MRECh, porém, fazendo uma análise dos dados coletados a partir de 17 curriculums vitae de embaixadores, sendo 3 deles de mulheres, fornecidos pelos

sites das embaixadas percebemos que demora em média 27 anos para se tornar um embaixador, sendo o tempo mínimo encontrado foi de 22 anos.

Se tomarmos essa informação e consideramos que as mulheres só passaram a ingressar efetivamente na carreira diplomática chinesa a partir de 1998, após a derrubada da regra limitante do exame admissional, conseguimos entender o persistente baixo quantitativo de mulheres embaixadoras da China, pois no período aqui analisado ainda não havia tempo de serviço suficiente para que as mulheres que entraram após a derrubada da regra realmente acendessem. Baseando-se no menor tempo de promoção encontrado pela análise de currículos, supomos que as mulheres que entraram em 1998 só alcançariam o tempo mínimo para ocupar um cargo de embaixador em 2020, período fora do espaço de tempo dessa pesquisa.

Isso significa que as mulheres que alcançaram o topo da carreira no período entre 1997 a 2017 entraram antes da derrubada da regra restritiva do exame admissional, sendo assim, podemos entender por que as taxas de mulheres embaixadoras na China caíram após 2007, pois muitas dessas diplomatas provavelmente se aposentaram e não haviam candidatas com tempo de serviço suficiente para suprir suas saídas.

A partir dessas considerações pode se afirmar que a presença da mulher como embaixadora no Ministério das Relações Exteriores da China evolui de maneira oscilante no período compreendido de 1997 a 2017. Contudo, observando o quadro geral, pode-se dizer que houve alguma evolução, embora seja tímida, na presença dessas mulheres embaixadoras e, supondo que a China realmente esteja comprometida com a promoção de mulheres aos altos cargos da política externa do país, espera-se que nos próximos anos possamos ver um número ainda maior de mulheres no comando de embaixadas chinesas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar como ocorreu a evolução na presença das mulheres como embaixadoras do Ministério das Relações Exteriores da China no período de 1997 a 2017, visto que os dados sobre a existência de mulheres nos altos cargos da carreira diplomática chinesa estavam muito dispersos.

Para alcançar este objetivo, realizamos um grande trabalho de coleta de dados, tomando como base as listas de embaixadores e ex-embaixadores no período proposto para investigação, a fim de reunirmos os dados dispersos sobre a presença da mulher como embaixadora na principal instituição formuladora da política externa da China. Contudo, buscamos primeiramente fazer um levantamento teórico sobre os principais conceitos e discussões promovidas pela corrente feminista das Relações Internacionais e os estudos de gênero e diplomacia.

O trabalho de Joan Scott sobre gênero enquanto categoria de análise foi uma das obras norteadoras desta pesquisa, pois a partir dela pudemos compreender como as relações entre os sexos também são formas de significar as relações de poder. Também nos aprofundamos no debate sobre o ideal de masculinidade hegemônica, a divisão sexual do trabalho e as hierarquias de gênero —baseado nos estudos de Tickner, Connell, e Kergoat— para entender como essa divisão afeta a presença das mulheres nos espaços públicos, principalmente nos cargos de maior poder.

A partir destes estudos podemos compreender como o meio internacional é um campo masculinizado, o que faz com que os homens tenham o poder para ditar as normas de ação e os comportamentos dos demais. Essa masculinidade incide não só sobre corpos individuais, mas sobre estruturas da sociedade também, produzindo assim hierarquias de gênero dentro das instituições nacionais e internacionais.

Essas hierarquias de gênero são baseadas na atribuição de papéis de gênero, que reserva características racionais aos homens e emocionais às mulheres. Essa divisão de papéis resulta em uma organização da atividade social e política hierarquizada, fazendo com que as identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens tenham maior prestígio do que atividades consideradas como próprias das mulheres.

Essas atribuições de papéis também impactam na participação da mulher no espaço público, visto que a predominância da identificação da esfera pública com características masculinas cria divisões sexuais do trabalho, que limitam o escopo de atuação das mulheres no espaço laboral, reservando para elas carreiras ligadas ao cuidado e, no caso da diplomacia e política externa, cargos burocráticos ou ligados as chamadas *low politics*.

Além da base teórica, também trouxemos no capítulo inicial da discussão, um pouco sobre a história da trajetória diplomática das mulheres ao redor do mundo e ao longo das gerações, que nos revelam que as mulheres sempre atuaram de alguma forma como diplomatas de seus países, mas que historicamente têm encontrado dificuldades e limitações para se inserir e ascender oficialmente na carreira diplomática. Além das barreiras enfrentadas pelas mulheres, os próprios estudos de gênero e diplomacia têm tido dificuldades para se desenvolver devido a diversos fatores, como a existência de múltiplas abordagens metodológicas e o excesso de estudos de caso e pesquisas sobre o tema concentrados no eixo ocidental do mundo.

No capítulo seguinte, aprofundarmo-nos na trajetória de luta da mulher chinesa para se inserir no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na carreira diplomática da China. Dividimos essa parte do trabalho em dois sub-tópicos: no primeiro focamos em descrever quais eram as premissas patriarcais da China Imperial e como ocorreu o início e a evolução do movimento nacional a favor da libertação das mulheres da mentalidade tradicional que colocava a mulher em posição de submissa aos homens, fossem eles o pai, o marido ou o filho; no segundo sub-tópico demos ênfase na investigação do histórico da mulher e seus desafios para fazer parte e ascender na carreira diplomática da China. Este capítulo serviu para contextualizarmos qual era a mentalidade social acerca da mulher no mercado de trabalho na época, quais foram os precedentes e as aspirações internacionais que a China possuía antes de promover a derrubada da regra que limitava a inserção de mulheres na carreira diplomática do país.

Já no quinto e último capítulo é que concentramos os resultados da nossa coleta de dados sobre a presença da mulher como embaixadora no MRECh no período de 1997 a 2017, onde investigamos mais de mil mandatos de embaixadores divididos em 162 países, a fim de avaliarmos a dinâmica de evolução da presença

dessas mulheres embaixadoras. Os dados coletados foram reunidos e demonstrados em mapas, gráficos, figuras ou quadros.

Além dos dados sobre os embaixadores do país disponibilizados pelo site oficial do Ministério, também incluímos à análise dos dados informações divulgadas por embaixadores em reuniões diplomáticas oficiais e embasamo-nos na Lei da República Popular da China sobre Pessoal Diplomático Estacionado no Exterior, legislação norteadora da carreira diplomática do país.

Diante no que foi exposto pela pesquisa, constatamos que os objetivos propostos por este trabalho foram alcançados, o que nos possibilitou concluir que a presença das mulheres embaixadoras no Ministério das Relações Exteriores da China evolui de forma muito variável entre 1997 e 2017, pois nos anos iniciais da análises, há uma variação muito pequena nas taxas de mulheres embaixadoras que só se altera com o início de uma linha de crescimento nas estatísticas que começa a partir de 2005 e vai até 2007, mas a partir de 2008 a proporção dessas mulheres embaixadoras começa a cair novamente, alcançando em 2011 patamares tão baixos que não eram registrados desde 2002. Os números só voltaram a crescer em 2013 e a partir de então as taxas lutam para se manter acima dos 8%.

Apesar desses números mostrarem que houve, mesmo que de forma sutil, certa evolução na presença das mulheres embaixadoras no Ministério das Relações Exteriores da China, obviamente a presença das mulheres no MRECh ainda não é paritária, mas como dito anteriormente, supondo que a China realmente se comprometa com a promoção de mulheres aos altos cargos da política externa do país, as previsões para o futuro dessas estatísticas podem ser promissoras.

As limitações que envolveram a formulação deste estudo foram, em grande parte, referentes a coleta de dados, visto que algumas informações sobre embaixadores, principalmente àqueles que atuaram antes de 2008, não estavam disponíveis na internet. Além disso, trabalhos em inglês/português/espanhol que narravam sobre a trajetória da mulher na diplomacia chinesa também eram muito escassos, o que tornou a pesquisa mais trabalhosa, mas não menos produtiva.

Reconhecemos que este é um estudo inicial e que pode e deve ser aperfeiçoado no futuro. Esperamos, acima de tudo, que a realização deste trabalho tenha gerado dados relevantes para auxiliar nas pesquisas futuras daqueles interessados em desenhar o quadro geral da situação das mulheres na diplomacia mundial.



## REFERÊNCIAS

ALL-CHINA WOMEN'S FEDERATION; NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (China). Report on Major Results of the Third Wave Survey on The Social Status of Women in China, 2010. Disponível em: <[https://landwise-production.s3.amazonaws.com/2022/03/China\\_WomensFed\\_Third-Wave-Survey-Social-Status-Women\\_2011.pdf](https://landwise-production.s3.amazonaws.com/2022/03/China_WomensFed_Third-Wave-Survey-Social-Status-Women_2011.pdf) >

AGGESTAM, K; TOWNS, A. The gender turn into diplomacy: a new research agenda. **International Feminist Journal of Politics**, v. 21, p. 1-20, 2018. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/326233511\\_The\\_gender\\_turn\\_in\\_diplomacy\\_a\\_new\\_research\\_agenda](https://www.researchgate.net/publication/326233511_The_gender_turn_in_diplomacy_a_new_research_agenda) >

BALESTRO, G. S. O feminino no Itamaraty: mulheres no lago dos cisnes. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 1, n. 5, p. 611-641, 2019. Disponível em: <[https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/5/2019\\_05\\_0611\\_0641.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/5/2019_05_0611_0641.pdf) >

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, n. Serv. Soc. Soc., p. 211-230, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/abstract/?lang=pt#> >

ELSHTAIN, J. B. **Women and War**. 1987. Chicago: U of Chicago P, 1995. 301 p.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO REINO UNIDO DA GRÃ BRETANHA E IRLANDA DO NORTE. **Ambassador Fu Ying Talks with British Female Diplomats**, 2008. Disponível em: <[http://gb.china-embassy.gov.cn/eng/sqxx/sghd/2008ee/200811/t20081124\\_3386403.htm](http://gb.china-embassy.gov.cn/eng/sqxx/sghd/2008ee/200811/t20081124_3386403.htm) >

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA REPÚBLICA CHECA. **Ma Keqing, Chinese Ambassador to the Czech Republic, Attends the Forum of Women Envoys to the Czech Republic Hosted by the Czech Academy of Sciences**, 2017. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/zwbd\\_673032/gzhd\\_673042/201710/t20171027\\_7393196.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/zwbd_673032/gzhd_673042/201710/t20171027_7393196.shtml) >

EMIRATES DIPLOMATIC ACADEMY. Gender and Diplomacy Diplograph, 2018. Disponível em: <[https://www.agda.ac.ae/docs/default-source/Publications/eda-paper\\_women-in-diplomacy.pdf?sfvrsn=4](https://www.agda.ac.ae/docs/default-source/Publications/eda-paper_women-in-diplomacy.pdf?sfvrsn=4)>

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2015.

FERNANDES, J. C. D. O. **Estupro de Nanquim**: Análise da mulher chinesa através da abordagem feminista das Relações Internacionais. 2020. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade Damas

da Instrução Cristã, Recife, 2020. Recuperado de: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/1977>. >

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HE, Dan. Women still face bias on the job: Survey. **China Daily**, 22 de out. 2011. Disponível em: <[http://www.chinadaily.com.cn/china/2011-10/22/content\\_13953951.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2011-10/22/content_13953951.htm) >

JIN, YiHong. Rethinking the Iron Girls: Gender and Labor during the Chinese Cultural Revolution. **Gender&History**, v. 18, n. 3, p. 613-634, 2006.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, n. 3, p. 55-64, 2003.

LENINE, E.; SANCA, N. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 29, p. 98-122, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/WHKvtBPXBzqfLWTgf5fmc3k/abstract/?lang=pt> >

LI, YingTao. Women, Marriage, and International Relations. In: ROBERTS, PRISCILLA & PEIQUN, HE & FOOT, ROSEMARY & FANG, QUI & CHUANHONG, HU & HUI, HE & CHUNSI, WU & HOFF, JOAN & BLOCH, JULIA & YIMIN, SONG & YONGFANG, XIA & YINGTAO, LI & KIT-CHING, CHANG & POMFRET, DAVID & CUNICH, PETER & STANLEY, THOMAS & OWEN, NORMAN & SLETHAUG, GORDON & FORD, STACILEE & YARR, LINDA. **Bonds Across Borders**: Women, China, and International Relations in the Modern World, 2007. p. 159-175. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/301764222\\_Bonds\\_Across\\_Borders\\_Women\\_in\\_China\\_and\\_International\\_Relations\\_in\\_the\\_Modern\\_World](https://www.researchgate.net/publication/301764222_Bonds_Across_Borders_Women_in_China_and_International_Relations_in_the_Modern_World) >

LIAN, Lingling. In Pursuit of Independence or Following the Fashion? On the Emergence of Female Shop Assistants and the Shaping of Their Images. In: **A Reader on Chinese Women's History**. Beijing: Peking University Press, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (China). Lista de embaixadores e ex-embaixadores da China. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/wjrw\\_665549/3607\\_665555/](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/wjrw_665549/3607_665555/) >

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (China). Lei da República Popular da China sobre Pessoal Diplomático Estacionado no Exterior, 2011. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/web/wjb\\_673085/gbclc\\_603848/zcfg\\_660729/201103/t20110323\\_9277486.shtml#:~:text=%E7%AC%AC%E5%8D%81%E4%BA%8C%E6%9D](https://www.fmprc.gov.cn/web/wjb_673085/gbclc_603848/zcfg_660729/201103/t20110323_9277486.shtml#:~:text=%E7%AC%AC%E5%8D%81%E4%BA%8C%E6%9D) >

[%A1%20%E9%A9%BB.%E5%92%8C%E5%A4%96%E4%BA%A4%E5%B7%A5%E4%BD%9C%E9%9C%80%E8%A6%81%E7%A1%AE%E5%AE%9A%E3%80%82 >](#)

OLIVEIRA, O. M. de. **Relações Internacionais**: estudos de introdução. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005. 280 p.

OLIVEIRA, J. M. de; AMÂNCIO, L. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 597, 2006.

ONU MUJERES. Mujeres en la política: 2020. 1 de fev. 2020. Recuperado de <<https://bit.ly/3dRqq3k> >

ONU MULHERES. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995. 112 p. Disponível em <[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf) >

PROZCZINSKI, D. A Construção Da mulher na China: Submissão e Feminicídio. 2017. 10 p. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017.

ROSA, K. S. S. P. da. **Perspectivas Feministas e de Gênero nas Relações Internacionais**: ponderações sobre a trajetória destas abordagens nos estudos de paz e segurança. 2019, 15 f. Artigo (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) — Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). 2019. Disponível em: <[https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5186/Artigo\\_Po%cc%81s\\_RI\\_Contempor%cc%82nea\\_Karen\\_da\\_Rosa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5186/Artigo_Po%cc%81s_RI_Contempor%cc%82nea_Karen_da_Rosa.pdf?sequence=1&isAllowed=y) >

SALVATERRA, S. C. S. F. j. **Mulheres na diplomacia contemporânea**: desafios e perspectivas nas Relações Internacionais. 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1664>>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Joan Scott. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

SHEN, Y. **Feminism in China**: An Analysis of Advocates, Debates, and Strategies. Shanghai: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2016.

SILVA, A. R. da. **A construção de gênero no âmbito das Relações Internacionais**: direitos humanos das mulheres e a necessidade de instrumentos eficazes à sua consolidação. 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101073> >

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R; A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), p. 123-139, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt> >

SUDO, Mizuyo. **Concepts of Women's Rights in Modern China**. Research into 100 Years of Feminist Thought in China. Shanghai: Fudan University Press, 2005.

TICKNER, J. A. **Gender in international relations**: Feminist perspectives on achieving global security. Columbia University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **Gendering world politics**: issues and approaches in the post-Cold War world. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

TONG, R. **Feminist thought**: a comprehensive introduction. London: Routledge, 1989.

XINRAN, X. **As Boas Mulheres da China**. Tradução Manuel P. FERREIRA. São Paulo: Companhia das Letras (Bolso), 2002.

XU, Huiqi. Living a New Life, and Being a New Women: How the Republican Government Shaped Women's Image. In: **A Reader on the History of Chinese Women**. Beijing: Peking University Press, 2011.

ZHANG, XinYi. *Zhōngguó yòu yī wèi nǚ wàijiāo guān lǚ xīn jiēmì wàijiāo wǔtái bànbiāntiān* (Tradução: Outra diplomata na China revela metade do céu na arena diplomática). 北京时间, 28 de nov. 2017. Disponível em: <<https://news.sina.cn/gn/2017-11-28/detail-ifypathz7123304.d.html?from=wap> >